

ANAIS DE MONOGRAFIAS

FACULDADE DE PARÁ DE MINAS

2021



Enfermagem, Psicologia e Direito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Professor Mello Cançado

M149

Mostra de monografias da Faculdade de Pará de Minas (2021: Pará de Minas).
Anais da mostra de monografias da Faculdade de Pará de Minas, 28 de junho a 02 de julho de 2021; 09 a 13 de agosto de 2021; 01 a 07 de dezembro de 2021. / Faculdade de Pará de Minas. -- Pará de Minas: FAPAM, 2021.
133 P.

Vários autores.
Vários colaboradores.

1. Monografias. 2. Trabalho de Conclusão de Curso. I. Título

CDD:001.42
CDU: 003.6

Bibliotecária: Janaína Cunha da Silva – CRB-6/3701

CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS

**DIRETORIA DA
CONFRARIA -
MANTENEDORA
(2021)**

RUA RICARDO MARINHO, 110
BAIRRO SÃO GERALDO
35660-398
PARÁ DE MINAS – MG
(37) 3237-2000

DIRETOR ESPIRITUAL
REVMO. PE. LÚCIO FLÁVIO GALVÃO CAMARGOS

PRESIDENTE
JOSE HELIOMAR CAMARGOS

VICE-PRESIDENTE
MARIA JOSÉ DE JESUS

PRIMEIRA SECRETÁRIA
ANA MARIA MOREIRA DA SILVEIRA

SEGUNDO SECRETÁRIO
PADRE EDMAR ANTÔNIO DE SOUZA

PRIMEIRO TESOUREIRO
FLÁVIO SALGUEIRO MOREIRA

SEGUNDO TESOUREIRO
ALEXANDRE MORAIS DE PAIVA

**FACULDADE DE PARÁ DE
MINAS - MANTIDA
(2021)**

RUA RICARDO MARINHO, 110
BAIRRO SÃO GERALDO
35660-398
PARÁ DE MINAS – MG
(37) 3237-2000

DIRETOR GERAL
PROF. MARCUS VINÍCIUS BARBOSA DE ARAÚJO, ESP.

VICE-DIRETORA
PROF^a. KARINE DÓRIA DE AGUIAR, ESP;

CONSELHO SUPERIOR (CONSUPE)
PROF. MARCUS VINÍCIUS BARBOSA DE ARAÚJO, ESP

**CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE)**
PROFA KARINE DÓRIA DE AGUIAR, ESP.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)
PROF. MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA
MORAIS, DR.

CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)
PROF. REINALDO RÍCHARDI DE OLIVEIRA GALVÃO, MSC.



CURSOS PARTICIPANTES DA MOSTRA

BACHARELADO EM DIREITO


PROF. FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO, MSC.
COORDENADOR

BACHARELADO EM ENFERMAGEM

PROF. WESLEY SOUZA CASTRO, ME
COORDENADOR

BACHARELADO EM Psicologia

PROF. WESLEY SOUZA CASTRO, ME
COORDENADOR



SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	11
A (IN) POSSIBILIDADE DO EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO NO ÂMBITO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	13
A CONTRIBUIÇÃO DA ATIVIDADE NOTARIAL BRASILEIRA NO COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO.....	14
A FAMÍLIA MULTIESPECIE: A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA GUARDA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS EM PROCESSO DE DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL	15
A IMPORTÂNCIA DA CONCILIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: ANÁLISE DA DEMOCRATICIDADE DO ACORDO E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DO FACILITADOR.....	16
A JURISDIÇÃO TRABALHISTA CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEA: O DELINEAMENTO DA ABRANGÊNCIA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	17
A LUTA PELO SINDICALISMO: A DEFESA METAINDIVIDUAL DOS DIREITOS DO TRABALHADOR FRENTE AO IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	18
A MEDIAÇÃO APLICADA AO DIREITO DE SUCESSÕES.....	19
A MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	20
A MOROSIDADE E O JUDICIÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE SOBRE POSSÍVEIS SOLUÇÕES	21
A MULTIPARENTALIDADE CONFORME O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA (IM)POSSIBILIDADE JURÍDICA DE MÚLTIPLA FILIAÇÃO	22
A POLÍTICA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA E A DEMOCRACIA EM VERTIGEM.....	23
A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA ADOÇÃO DE FILHOS POR FAMÍLIAS POLIAFETIVAS NO BRASIL.....	24
A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA MUTILAÇÃO E O DIREITO AO NOME DE CRIANÇAS INTERSEXUAIS NO BRASIL.....	25
A PROTEÇÃO DO DIREITO DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	26
A REINCIDÊNCIA COMO AGRAVANTE GENÉRICA DA PENA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM	27
A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA: CONTROVÉRSIAS ANTE A SEGURANÇA JURÍDICA.....	28
A REPRESENTATIVIDADE DO SINDICATO TRABALHISTA FRENTE À UNICIDADE SINDICAL	29

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ANÁLISE DO DANO TEMPORAL SOB A ÓTICA DA TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR.....	30
A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SITES INTERMEDIADORES DE COMPRA E VENDA VIRTUAL NO COMÉRCIO ELETRÔNICO BRASILEIRO.....	31
A RESPONSABILIDADE DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS SOB A PERSPECTIVA DA BOA FE OBJETIVA.....	32
A TUTELA JURÍDICA DO EMBRIÃO CRIOPRESERVADO EM CASO DE DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL.....	33
ALIENAÇÃO PARENTAL INVERSA E A INERCIA DO LEGISLADOR.....	34
ANÁLISE CRÍTICA DA LEGITIMIDADE DE O JUIZ PRODUIR PROVAS NO PROCESSO PENAL FRENTE AO SISTEMA ACUSATÓRIO	35
ANÁLISE DA (IM) POSSIBILIDADE DE INTERRUÇÃO DA GRAVIDEZ DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA DE ESTUPRO	36
ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO ART.385 DO CPP FRENTE AO MODELO DE PROCESSO PENAL ACUSATÓRIO	37
ANÁLISE DA EXIGÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR PARA INGRESSO COMO SOLDADO NA POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS	38
ANÁLISE DA IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL GENÉTICO À LUZ DO PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO	39
ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO CRIMINAL COMPLIANCE NAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS E NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	40
ANÁLISE DO ELEMENTO SUBJETIVO ESPECÍFICO COMO CARACTERIZADOR DO CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE: APONTAMENTOS CRÍTICOS DA LEI Nº 13.869/2019	41
ANÁLISE JURÍDICO-LEGAL DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS AOS MENORES INFRATORES: UMA ANÁLISE À LUZ DA REALIDADE DAS VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE	42
ANÁLISE TEÓRICA E CRÍTICA DO CRIME ORGANIZADO E DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL: A NOVA FACE DA CRIMINALIDADE.....	43
APAROFOBIA, RACISMO E COTAS: UM ESTUDO CRÍTICO E ISOTÓPICO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	44
APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA AOS HIPOSSUFICIENTES.....	45
AS FINALIDADES DA PENA E SEU REAL PROPÓSITO EM UM SISTEMA JURÍDICO: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA EFICÁCIA DO SISTEMA DE EXECUÇÃO PENAL.....	46
AS POLÍTICAS FISCAIS COMO FORMA DE REDUÇÃO DAS INIQUIDADES SOCIAIS EXISTENTES NO BRASIL.....	47

AS PRISÕES PROVISÓRIAS EM CONFLITO COM O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: PROTEÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS, RESPEITANDO SEUS PRINCÍPIOS NA PREMISSA DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	48
AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS COMO OS MAIORES ALVOS DE BULLYING RELIGIOSO NO BRASIL	49
ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: REFLEXOS E CIRCUSTÂNCIAS	50
COMUNICAÇÃO JUDICIAL VIA MENSAGEM ELETRÔNICA.....	51
CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE: CONSTITUCIONALIDADE, ENTRAVES E DESAFIOS.....	52
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO E A ESTABILIDADE DA GESTANTE.....	53
CRAM DOWN: UM INSTITUTO POSITIVADOR DOS PRINCÍPIOS DA PRESERVAÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA.....	54
CRIMES CIBERNÉTICOS : A EVOLUÇÃO DOS CRIMES NO BRASIL E OS CONFLITOS COM A LEI.....	55
CRIMES EMPRESARIAIS E A LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL N 12.846/2013.....	56
CRIMINOLOGIA: SOMOS TODOS CRIMINOSOS?.....	57
DEPÓSITO RECURSAL TRABALHISTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SUA CONSTITUCIONALIDADE	58
DESAFIOS ENFRENTADOS NA UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES	59
DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO URBANA E O PAGAMENTO EM TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA.....	61
DESJUDICIALIZAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA: MEIOS INFORMAIS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NAS AÇÕES CONSUMERISTAS.....	62
DIREITO AO ESQUECIMENTO NA SEARA PENAL.....	63
DIREITO DE HERANÇA NA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA.....	64
DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE E AUTODETERMINAÇÃO DA MULHER EM GERAR FILHO E NÃO EXERCER A MATERNIDADE: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DO MITO DO AMOR MATERNO.....	65
ESTUDO DE CASO: O IMPACTO NA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA DO BAIRRO ESPLANADA, EM PARÁ DE MINAS/MG, COM A IMPLEMENTAÇÃO DA REURB (LEI 13.465/2017) NO ANO 2020.	66
(IM)POSSIBILIDADE JURÍDICA DE RESTABELECIMENTO DO PODER FAMILIAR QUANDO CESSAR OS MOTIVOS QUE DETERMINARAM SUA PERDA.....	67
"INNOCENCE PROJECT BRASIL" E O ENFRENTAMENTO DA GRAVE QUESTÃO DOS CONDENADOS INOCENTES NO PAIS	68
(IN)VISIBILIDADE EPISTÊMICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	69

INQUÉRITO DAS FAKE-NEWS (Nº 4.781) E A FLAGRANTE VIOLAÇÃO DO SISTEMA PENAL ACUSATÓRIO.....	70
JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A PROBLEMÁTICA ACERCA DA INTERVENÇÃO JUDICIAL COMO FORMA DE EFETIVAR O DIREITO À SAÚDE	71
LAICIDADE E (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA ANÁLISE CRÍTICA E ISOTÓPICA DO DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE CRENÇA	72
LAICIDADE E (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA ANÁLISE CRÍTICA E ISOTÓPICA DO DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE CRENÇA	73
LAVAGEM DE DINHEIRO: OS MECANISMOS DE PREVENÇÃO APLICADOS COM A LEI 9613/98.....	74
LEI MARIA DA PENHA PARA MULHERES TRANS E CASAS HOMOSSEXUAIS.....	75
LIBERDADE SINDICAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.	76
MULHERES NO CÁRCERE: A CONSTANTE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E A ÁRDUA BUSCA PELA RESSOCIALIZAÇÃO	77
NASCIMENTO PREMATURO DA CRIANÇA E A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE	78
NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E TUTELA PROVISÓRIA: A CONFLUÊNCIA E OS LIMITES SOB O PROCESSUALISMO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO	79
O CENÁRIO BRASILEIRO POSTERIOR A IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS PELA LEI Nº 11.340/2006.....	80
O CONTRADITÓRIO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	81
O DIREITO DE HERANÇA NO CASO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA	82
O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.....	83
O EXCESSO ESCUSÁVEL DE LEGÍTIMA DEFESA À LUZ DO PACOTE ANTICRIME.....	84
O LUGAR DE FALA E O ADVOGADO COM DEFICIÊNCIA VISUAL: ESTUDO ISONÔMICO E DEMOCRÁTICO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	85
O PODER DA MÍDIA E SUA INFLUÊNCIA NO TRIBUNAL DO JÚRI NO CASO DA ISABELLA NARDONI.....	86
O RACISMO INSTITUCIONAL COMO OBSTÁCULO À APLICAÇÃO EFETIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA BRASILEIRA	87
OS ADITIVOS CONTRATUAIS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS E O PRINCÍPIO DA AMPLA CONCORRÊNCIA	88
PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA DE OFÍCIO: UMA CONTRAMÃO AO SISTEMA PENAL ACUSATÓRIO.....	89
PROBLEMATIZAÇÃO DA RETIRADA DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS: REPERCUSSÃO GERAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – RE. 574.706.....	90

PUBLICIDADE ENGANOSA E AS MANIPULAÇÕES DO MARKETING	91
RACISMO ESTRUTURAL E SELETIVIDADE PENAL: A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA TOMADA DE DECISÕES JUDICIAIS.	92
RECONHECIMENTO DA UNIÃO POLIAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	93
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL - LEI 13.465/17	94
RUMO A UM NOVO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DOS INSTITUTOS CONSENSUAIS NO DIREITO BRASILEIRO	95
SISTEMA CARCERÁRIO PARA MÃES E GESTANTES.....	96
TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: A NOVA FORMA DE TRABALHO DO SÉCULO XXI E SUA CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO .	97
SAÚDE DO HOMEM: DESAFIOS E DIFICULDADES ENFRENTADOS POR HOMENS PARA ADENTRAREM NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA	98
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE À PANDEMIA COVID-19 NA ATENÇÃO BÁSICA DE SÃO JOSÉ DA VARGINHA-MG.....	99
A REALIDADE DO ENFERMEIRO FRENTE ÀS VÍTIMAS DE AUTOEXTERMÍNIO	100
ACOLHIMENTO E COMUNICAÇÃO NÃO VILONETA AO PACIENTE.....	101
ALEITAMENTO MATERNO :CAUSAS EVITÁVEIS DO DESMAME PRECOCE	102
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM: CUIDADOS PALIATIVOS PERANTE IDOSO INSTITUCIONALIZADO	103
ASSISTÊNCIA HUMANIZADA AO PARTO.....	104
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO COMO PROFISSIONAL LIBERAL: A AUTONOMIA NAS ÁREAS DE ESTÉTICA, HOME CARE E TRATAMENTO DE FERIDAS.	105
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FORENSE FRENTE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	106
COBERTURA VACINAL DE ROTINA EM CRIANÇAS DE ATÉ UM ANO: UM MAPEAMENTO NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS NO PERÍODO DE 2018 A 2020 PARÁ DE MINAS/MG 2021.....	107
CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL INSERIDOS NO CAPS.....	108
CUIDADOS PALIATIVOS EM ONCOLOGIA PEDIÁTRICA	109
DEPRESSÃO NO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM: REFLEXOS DO DIA A DIA.....	110
EFEITO DOS HORMONIOS SINTETICOS NO FIGADO E NOS RINS:A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NA ORIENTAÇÃO DIANTE DO USO INDISCRIMINADO DESSES HORMÔNIOS:A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NA ORIENTAÇÃO DIANTE DO USO INDISCRIMINADO DESSES HORMÔNIOS: A IMPORTANCIA DA ENFERMAG	111
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: ESTUDO DOS ÍNDICES NA CIDADE DE PARÁ DE MINAS	112

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO CUIDADO AOS PACIENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	113
TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À EQUOTERAPIA PEDIÁTRICA.....	114
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.....	115
A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DE VIDA E O RESGATE DA AUTOESTIMA NOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA PARA O IDOSO.....	116
BULLYING NAS ESCOLAS: OS EFEITOS PSICOLÓGICOS E EDUCACIONAIS NAS VÍTIMAS DA PRÁTICA	117
EMPREGABILIDADE E SEUS DESAFIOS: UM LEVANTAMENTO REALIZADO COM PSICÓLOGOS RECÉM-FORMADOS	118
ESTRESSE OCUPACIONAL: OS EFEITOS GERADOS NA SAÚDE MENTAL E NA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR	119
INFLUÊNCIAS DAS RELAÇÕES FAMILIARES: NOS ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DO DESEMPENHO ESCOLAR DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	120
O FAZER PSICOLÓGICO NA INSTITUIÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (PMMG).....	121
O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DOS UNIVERSITÁRIOS.....	122
O PAPEL DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	123
O SISTEMA PRISIONAL E A SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIS: O ESTRESSE DO POLICIAL PENAL FRENTE ÀS ADVERSIDADES QUE A PROFISSÃO APRESENTA.	124
OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO ANALFABETISMO NA TERCEIRA IDADE	125
PERCEPÇÕES SOBRE A DISCIPLINA “PSICOLOGIA APLICADA”: UM ESTUDO COM UNIVERSITÁRIOS.....	126
POSSÍVEIS IMPACTOS DO ENCARCERAMENTO DE MULHERES PELA “MORTIFICAÇÃO DO EU”	127
PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DA MULHER NEGRA, RACISMO E MACHISMO	128
SENTIDO DA VIDA E DO TRABALHO NA MODERNIDADE LÍQUIDA.....	129
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O PAPEL DA PSICOLOGIA NAS ESCOLAS	130
UMA REFLEXÃO PSICANALÍTICA DA VIDA DE FRIDA KAHLO E SUA OBRA "A COLUNA PARTIDA".	131
USO DO ÁLCOOL NA COMTEMPORANEIDADE: QUE LUGAR OCUPA, QUE FAZIO PREENCHE?.....	132

PREFÁCIO

O Nobel de Literatura Pablo Neruda dizia que escrever era fácil. É só começar com uma letra maiúscula e terminar com um ponto final. No meio você coloca as ideias.

E quantas ideias podem ser colocadas entre essa letra maiúscula e esse ponto final? E quais as ideias que podem ser colocadas? Ideias que podem melhorar o mundo e ideais que podem salvar o mundo. Assim começam os textos acadêmicos, com ideias e ideais que visam por meio do conhecimento, da pesquisa e da dedicação, fazer uma nova realidade. Toda a pesquisa acadêmica busca soluções para problemas do cotidiano. Fizemos assim até agora, mas podemos fazer melhor. Essa é uma premissa que acompanha o pesquisador.

Mas ao contrário daquilo que foi sugerido pelo poeta chileno, os textos acadêmicos não terminam com um ponto final. Eles simplesmente não terminam. Como um universo numa casca de noz, a pesquisa não tem fim, ela sempre estará em expansão. Hoje descobrimos um jeito de fazer melhor do que ontem. Amanhã descobriremos um jeito de fazer melhor ainda e assim caminha a humanidade.

E talvez a maior descoberta acadêmica da modernidade seja a ignorância, irmã mais velha da curiosidade. Isso já era pressentido pelos gregos antigos, conforme a famosa frase *sei que nada sei*, atribuída a Sócrates. Mas a ignorância não é uma benção, como num velho dito popular. O conhecimento, este sim é uma benção! Mas o conhecimento é precedido pela ignorância e para conhecer, primeiro precisamos reconhecer que não sabemos e isso despertará a nossa curiosidade pelo desconhecido e motivará alunos, professores e pesquisadores a pesquisarem.

Pesquisadores que pesquisam!

Hoje há uma quantidade outrora inimaginável de informações irrelevantes que recebemos todos os dias. Como saber o que podemos ignorar?

Para um acadêmico como eu, a resposta é óbvia. Não podemos ignorar o conhecimento. Informação sem conhecimento é como o caso do jogador de pôquer, que mesmo sabendo as cartas do adversário, perde rodada após rodada.

Em tempos de negação da ciência e recessão do conhecimento, toda iniciativa que privilegia a pesquisa deve ser aplaudida e incentivada. Longe de ser um ambiente de cálculos e experimentos, a pesquisa acadêmica nasce do interesse genuíno de pessoas com vontade de aprender e descobrir coisas novas. E como diria o patrono da educação brasileira: o conhecimento não muda o mundo;

o conhecimento muda as pessoas e as pessoas mudam o mundo. Ele também dizia que precisamos ter a esperança do verbo esperar e não a esperança do verbo esperar.

É por isso que recebi o convite para prefaciar estes Anais da Mostra de Monografias da Faculdade de Pará de Minas do ano de 2021 com muita alegria. Os trabalhos apresentados pelos discentes dos cursos de Direito, Enfermagem e Psicologia apontam para o compromisso dos estudantes e dos professores da FAPAM com a pesquisa séria, com o conhecimento científico e com a transformação da sociedade para que ela seja um lugar melhor do que é.

Em cada estudo apresentado há a percepção de que a pesquisa não é sobre o pesquisador, mas sobre o outro. O novo bacharel em Direito, Enfermagem ou Psicologia mostrou que a sua pesquisa e o seu trabalho foi sobre o outro, pois ele aprendeu que o sucesso não está naquilo que fazemos, mas naquilo que fazemos pelos outros. Como nos ensinamentos de Francisco de Assis, para quem é dando que se recebe e é compreendendo que se é compreendido, temos os Anais da Mostra de Monografias. Textos que não são para àqueles que os escreveram, mas para a comunidade acadêmica e para a sociedade paraminense como um todo.

Como nas palavras ditas uma vez pelo Prof. Márcio Pedrosa, a disseminação e, principalmente, a construção do conhecimento, não podem se estagnar. Ainda há muito que avançar. Somos todos filhos de um só sonho: o sonho de dias melhores, com uma sociedade mais justa e inclusiva.

Finalizo parabenizando a Faculdade de Pará de Minas pelo incentivo ao conhecimento e à pesquisa e deixo o meu agradecimento ao Prof. Reinaldo Galvão pelo empenhado e primoroso trabalho à frente do Centro de Extensão e Pesquisa da FAPAM.

E apenas para não contrariar o poeta chileno, encerro estas breves palavras com um ponto final.

Francisco José Vilas Boas Neto

Professor da Faculdade de Pará de Minas

A (IN)POSSIBILIDADE DO EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO NO ÂMBITO DO INQUÉRITO POLICIAL

JÚLIA REZENDE CAMPOS¹
juliacampos132@hotmail.com

FRANCISCO JOSE VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente Artigo Científico trata da análise da (in) possibilidade do exercício do contraditório no âmbito do inquérito policial, haja vista seu caráter inquisitorial e que cabe ao Delegado de Polícia comandar o procedimento, praticando atos de investigação e de decisão, com algumas ressalvas. Contudo, tendo em vista que a investigação preliminar também é regida pelas normas e princípios constitucionais, objetiva-se analisar qual é o papel e a participação da defesa no âmbito do inquérito policial e qual valor deve se dar às provas colhidas, tendo em vista que o Brasil se constitui como Estado Democrático de Direito, garantindo a todos o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. É cediço que o inquérito policial é um dos poucos poderes do próprio Estado no combate ao crime. Assim, deve-se prevalecer o interesse público sobre o privado, observando os preceitos constitucionais em algumas situações, respeitando-se os direitos e garantias fundamentais dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Processo Penal; Inquérito Policial; Caráter Inquisitorial.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

A CONTRIBUIÇÃO DA ATIVIDADE NOTARIAL BRASILEIRA NO COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

CLÁUDIO DA ROSA MAGALHÃES¹
claudiormag@outlook.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA²
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

O tema proposto abordará aspectos da Lavagem de Dinheiro relacionados com a atividade registral e notarial, com a evidenciação do papel desses entes enquanto delegatários do Poder Judiciário e suas atribuições enquanto partícipes de uma estratégia de combate à lavagem de recursos obtidos de forma ilícita. O desenvolvimento do trabalho terá o suporte referencial da pesquisa bibliográfica, com uma breve descrição do que seja o tipo penal em tela, bem como o bem jurídico tutelado. No desenvolvimento da temática em foco, evidenciaremos a existência de uma estrutura que se destina ao combate e prevenção desse ilícito penal e como se articulam os atores envolvidos. Os elementos normativos que norteiam o serviço notarial e registral terão evidenciação de suporte, assim como as suas interações com o tema da lavagem de dinheiro. Será evidenciada a contribuição esperada e a contribuição praticada para o combate à lavagem de recursos obtidos de forma ilícita pelas serventias extrajudiciais.

PALAVRAS-CHAVE: Coaf; Compliance; Direito Administrativo; Direito Internacional; Direito Penal. Direito Registral E Notarial; Enccla; Lavagem De Dinheiro.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela

Faculdade de Direito do Vale do Rio

A FAMÍLIA MULTIESPECIE: A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA GUARDA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS EM PROCESSO DE DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL

TAÍS FERNANDA APARECIDA SANTOS¹
taisfersant@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem por uma abordagem acerca da família multiespécie e a problemática jurídica da guarda de animais domésticos em processo de dissolução da sociedade conjugal. O objetivo do presente estudo pauta-se em analisar à luz da doutrina senciante, os institutos jurídicos existentes na legislação positivada, bem como os projetos de lei em tramitação que buscam a proteção e garantia jurídica da família multiespécie e animais não humanos. Considerando a importância dessa modalidade familiar e a reclassificação dos animais domésticos na atual legislação como seres passíveis de proteção jurídica, ainda não se tem todo respaldo necessário na legislação brasileira para solucionar a vasta demanda de conflitos envolvendo os pets e suas famílias humanas. Para tanto, ao longo desta pesquisa, pretende-se analisar tais questões e contribuir para uma melhor compreensão da profundidade existente na relação familiar multiespécie e toda gama de institutos jurídicos advindos desta relação. A problemática da pesquisa pauta-se na seguinte pergunta: qual o tratamento dado pela legislação brasileira acerca da guarda de animais domésticos em processo de dissolução da sociedade conjugal? A metodologia utilizada é quanti-qualitativa, para apresentar a realidade em que se encontram as famílias multiespécies e a sua segurança e proteção jurídica.

PALAVRAS-CHAVE: Família Multiespécie; Animais De Estimação; Animais Não Humanos; Legislação Família Multiespécie.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUC

A IMPORTÂNCIA DA CONCILIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: ANÁLISE DA DEMOCRATICIDADE DO ACORDO E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DO FACILITADOR.

MARIA JÚLIA ALMEIDA PEIXOTO¹
maju0896@hotmail.com

DANIELE APARECIDA GONÇALVES DINIZ MARES²
dadiniz10@gmail.com

RESUMO

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar criticamente a formação dos facilitadores e a democraticidade dos acordos entabulados nas conciliações realizadas no Judiciário. Salienta-se que o referido instituto compositivo – a conciliação - vem crescendo, sendo importante na viabilização do protagonismo das partes na resolução de seus próprios conflitos. Por meio de pesquisas bibliográfica, documental e com a escolha do raciocínio hipotético-dedutivo tornou-se possível entender, que em qualquer hipótese, o ato que resolve o conflito deve ser construído com a efetiva participação das partes. Os conciliadores no judiciário brasileiro, atualmente, são escolhidos pelo juiz de direito, após aprovação em processo seletivo, podendo ser ou não estagiários/estudantes de direito. Os referidos facilitadores, muitas vezes, desempenham o mister sem a adequada e necessária capacitação, o que pode comprometer, inclusive, a legitimidade do acordo eventualmente entabulado.

PALAVRAS-CHAVE: Conciliação; Formação Do Facilitador; Resolução De Conflitos; Institutos Compositivos; Cidadania

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

A JURISDIÇÃO TRABALHISTA CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEA: O DELINEAMENTO DA ABRANGÊNCIA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

BRUNA DINIZ LOBATO¹
b.dinizfapam@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 assegura a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão como direito e garantia fundamental e possui seção própria destinada à jurisdição trabalhista, contemplando os órgãos da justiça do trabalho e as competências para processo e julgamento pela justiça de trabalho. Dada a relevância do trabalho, como ora mencionado, sendo elencado pelo legislador constituinte, inclusive, como direito social, o presente texto busca discutir a jurisdição trabalhista sob o prisma constitucional contemporâneo, delineando a abrangência das relações de trabalho sob tal viés. A pesquisa bibliográfica exploratória é empregada como metodologia principal, realizando-se análise qualitativa. Constitui objeto de exame a competência da justiça do trabalho para análise e julgamento das relações de trabalho, após a Emenda Constitucional nº 45, sendo essencial diferenciar relação de trabalho e relação de emprego. Também é estudada a relação de trabalho, juntamente à prestação de serviços e as relações de consumo, em um contexto interpretativo contemporâneo e comparativo. Ao final, a discussão proposta é aprofundada, concluindo-se que as relações de trabalho têm se dissociado dos ditames constitucionais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Trabalhistas; Jurisdição Constitucional; Direito Do Trabalho.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutorado em Direito pela PUC

A LUTA PELO SINDICALISMO: A DEFESA METAINDIVIDUAL DOS DIREITOS DO TRABALHADOR FRENTE AO IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

GERALDO MAGELA ALVES VITOR JÚNIO¹
geraldovitor0898@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo aborda questões pertinentes às iminentes modificações no mercado de trabalho, que consistem, principalmente, na implementação massiva de programas de computador, os quais tendem a substituir uma boa parcela da mão de obra. Assim, muito em virtude do recente desenvolvimento da inteligência artificial e dos grandes investimentos financeiros destinados à automação das empresas, os sindicatos, que já se encontram em uma situação de instabilidade devido à desnecessidade da contribuição sindical, implementada pela Lei 13.467/17, serão mais importantes do que nunca na advocacia coletiva de inúmeras classes de trabalhadores, levados à precarização pela utilização desses artifícios tecnológicos. Por fim, não serão buscadas soluções definitivas para os problemas propostos ao longo do estudo, e sim alguns caminhos, como a própria reflexão e a noção da existência de um provável colapso decorrente das mudanças abruptas do mercado. Para tanto, buscou-se, por uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, traçar as possibilidades para lidar com as questões sindicais diante do impacto da inteligência artificial nas relações de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial; Sindicato; Direitos Trabalhistas; Relações De Trabalho E Mercado De Trabalho.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutorado em Direito pela PUC

A MEDIAÇÃO APLICADA AO DIREITO DE SUCESSÕES

ALINE DA SILVA SANTOS¹
alinesantos.as699@gmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA²
sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo científico visa analisar a aplicação da Mediação nos conflitos inerentes ao Direito Sucessório, na sucessão da legítima. A fim de responder às questões levantadas neste artigo, será utilizada a pesquisa bibliográfica, para analisar as vantagens e desvantagens da realização do inventário judicial e extrajudicial. O estudo também abordará os princípios e as particularidades da Mediação, estimulando sua utilização como um método alternativo de resolução de conflitos derivados do Direito de Sucessões. O principal foco deste artigo é responder o seguinte questionamento: a Mediação tem aplicabilidade nos conflitos do Direito das Sucessões, como uma forma de trabalhar as partes para que seja possível a realização do inventário e partilha pela via administrativa, ou como um meio de tornar o processo de inventário e partilha judicial mais célere?

PALAVRAS-CHAVE: Direito Das Sucessões; Mediação; Meios Alternativos De Solução De Conflitos; Inventário Judicial E Extrajudicial.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Direito

A MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI

BRUNA FERREIRA DO VALE SILVA¹
brunadovalle06@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

Objetiva-se estudar nesta pesquisa a influência que a mídia tem no Tribunal do Júri, com foco no poder de influência nas notícias sensacionalistas aos jurados do tribunal, já que a mídia rotula os acusados como criminosos, e fazem disso um grande entretenimento para a sociedade. Por isso, podendo ocorrer à inexistência ao princípio da imparcialidade. A pergunta problema é se a influência da mídia pode prejudicar o Tribunal do Júri com a sua repercussão social. Analisa-se o surgimento da mídia no Brasil, seus princípios, suas espécies, o seu sensacionalismo, o senso comum, e o poder da mídia na construção social. Também será exposto a história do Tribunal do Júri no Brasil, salientando sua competência e importância, os seus princípios constitucionais, e o princípio da presunção de inocência, que também poderá ser ausente no Tribunal do Júri. Será apresentada a diferença entre a informação e a formação de opinião pública, casos que tiveram grandes repercussões na mídia, e que por esse motivo, podem ter tido o seu resultado prejudicado pela parcialidade dos jurados.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Tribunal Do Júri. Imparcialidade. Liberdade. Informação.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

A MOROSIDADE E O JUDICIÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE SOBRE POSSÍVEIS SOLUÇÕES

ODILON DE FARIA LOBATO NETO¹
odilonneto015@gmail.com

CLENDERSON RODRIGUES DA CRUZ²
clenderson.cruz@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como tema a relação entre a morosidade nas demandas judiciais e a função jurisdicional, bem como possíveis soluções para tal situação. Dentre as hipóteses do trabalho buscará abordar de maneira mais específica o papel do advogado no procedimento judicial, além de tentar esclarecer as causas da demora e apontar os possíveis danos causados e responsabilidades pertinentes frente ao Código de Processo Civil. A lentidão se dá em razão da junção de diversos fatores, entre eles o crescimento populacional e o conseqüente aumento das demandas judiciais, a falta de recursos materiais e tecnológicos, o excesso de prazos processuais. Para o alívio dessa morosidade seria plausível o uso de equipamentos modernos, a ampliação do quadro de funcionários, a ampliação do estudo da Constituição Federal nas escolas entre outros. No entanto, apenas entender as causas e conseqüências desses motivos não se faz suficiente, é preciso averiguar até quando essa morosidade acarreta prejuízo a ser compensado, e assim analisar o possível cabimento de indenização por parte do Estado quando viola o direito do cidadão de ter suas disputas resolvidas com celeridade, pois a ele cabe a solução de todas e quaisquer disputa, não permitindo que o homem faça uso de suas próprias forças.

PALAVRAS-CHAVE: Morosidade; Judiciário; Responsabilidade Civil

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela PUC

A MULTIPARENTALIDADE CONFORME O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA (IM)POSSIBILIDADE JURÍDICA DE MÚLTIPLA FILIAÇÃO

DANIELLE DE SOUZA ASSIS¹
danielleassis14@yahoo.com.br

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

RESUMO: O artigo científico em tela tem o escopo de analisar a (im)possibilidade jurídica de multiparentalidade conforme o ordenamento jurídico brasileiro, considerando-se o pluralismo da família contemporânea. A opção pelo tema em questão deu-se pela instigação em analisar as reais possibilidades de reconhecimento jurídico da múltipla filiação paterna e/ou materna à um indivíduo. Trata-se de temática adequada à família moderna, assunto relevante no âmbito social; principalmente para um indivíduo que reconhece múltiplos pais na esfera dos fatos. Para a realização do referido estudo utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos e julgados recentes de Tribunais. Através da evolução social, o conceito de família contemporânea apresenta-se pluralizado. Referida evolução familiar encontra garantias na Constituição Federal de 1988, a qual confere maior valor ao afeto, contemplando as entidades familiares plurais. Destarte, em um cenário de Constituição garantista, surge a indagação da (im)possibilidade jurídica de multiparentalidade, como forma de adaptação aos novos conceitos de famílias plurais, estabelecendo-se todos os direitos decorrentes da filiação. Por meio da pesquisa bibliográfica, conclui-se que, apesar de não existir no cenário atual lei específica que tutele a multiparentalidade, não há proibição legal, pelo contrário. Com o advento de uma Constituição garantista, em respeito, principalmente, à dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, as decisões dos Tribunais brasileiros têm sido pelo provimento da múltipla filiação registral, em prol dos melhores interesses da família pluralizada.

PALAVRAS-CHAVE: Direito De Família; Família Contemporânea; Afeto; Poliamor; Multiparentalidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUC

A POLÍTICA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA E A DEMOCRACIA EM VERTIGEM

PEDRO NOGUEIRA COSTA MOREIRA¹
pedronogueiraac@outlook.com

MARCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo de apresentar os impactos da política brasileira e a democracia contemporânea, evidenciando-se sobre os desafios de uma sociedade dividida politicamente, além disso, busca apresentar sobre os conceitos do controle interno e externo, informação e o seu impacto referente ao controle social, e a sua relevância baseia-se no fato que a transparência e a disponibilização da informação no setor público têm como função de reprimir o mais importante problema de corrupção e evidenciar o melhoramento constante de ações estatais. A metodologia deste estudo foi qualitativa com viés descritivo para discutir sobre o tema. Pode-se concluir que o controle externo tem um papel determinante para a sociedade que é o fornecimento de equilíbrio nas contas públicas de ordem municipal, estadual ou Federal, pois a transparência é garantia para todos os cidadãos, e por outro lado, devem ser resguardados os princípios da Administração Pública que um deles refere-se no estabelecimento da moral e ética que pode ser definida como a motivação que leva a sociedade a tomarem uma ou outra decisão, com base em diferentes valores, condicionados por interesses distintos.

PALAVRAS-CHAVE: Controle. Administração Pública. Democracia. Política.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA ADOÇÃO DE FILHOS POR FAMÍLIAS POLIAFETIVAS NO BRASIL

FANNY BÁRBARA DE AMORIM PEREIRA¹
fanybarbara14@hotmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como fins a análise dos aspectos jurídicos da adoção, sobretudo a partir dos novos arranjos familiares, que têm transformado as estruturas tradicionalmente reconhecidas pela sociedade e, conseqüentemente, pelo ordenamento jurídico. Centraliza-se o trabalho nos aspectos que permeiam a possibilidade da adoção por famílias poliafetivas, ou seja, por aquelas que não se constituem pela união matrimonial patriarcal. A metodologia utilizada é preponderantemente bibliográfica, com fundamento em autores que discorrem sobre o tema, bem como a legislação correlata, especialmente Constituição Federal, Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Adoção. A jurisprudência pátria também é examinada a fim de entender como os Tribunais têm se posicionado quanto à problemática trazida para debate. Constituem objeto de estudo, ainda, a dilapidação do direito de família ante as mudanças sociais na constituição dos núcleos familiares. Em conclusão, pontua-se que, embora não haja legislação específica que regule a adoção por famílias poliafetivas, ela deve ser reconhecida, especialmente em razão da necessidade de se atender o melhor interesse da criança e do adolescente que, por sua vez, pode ser atingido independentemente da constituição familiar que lhe adote, desde que atendidas às demais condições imprescindíveis à sua subsistência. Os laços amorosos e afetivos devem prevalecer.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção; Famílias Poliafetivas; Poliamor.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUC

A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA MUTILAÇÃO E O DIREITO AO NOME DE CRIANÇAS INTERSEXUAIS NO BRASIL

MARIA LUIZA COSTA TOLEDO¹
marialuizact016@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

Com a evolução da ciência e ascensão de movimentos em defesa da diversidade de gêneros, deflagra-se a discussão acerca das pessoas intersexuais, que são aquelas que possuem variações nas características naturais atribuídas ao sexo, de modo a não se emoldar dentro das concepções tradicionais, binárias, de formação do corpo humano, como os atributos que caracterizam “machos e fêmeas”. Dada a relevância de se compreender os delineamentos da vida do ser intersexual e as situações que lhe afetam, tais como a mutilação precoce, sem a sua aquiescência ou consciência, e o direito de escolha acerca da identidade de gênero, especialmente quanto ao nome civil, este estudo trata da intersexualidade sob uma perspectiva transdisciplinar, abordando os desafios enfrentados pelas pessoas intersexuais e por seus genitores, especialmente na infância daqueles, além de analisar os preconceitos e discriminações que lhes são direcionados. A metodologia empregada é eminentemente a pesquisa bibliográfica, que objetiva analisar a questão a partir do exame de textos escritos por autores que já se debruçaram sobre a problemática proposta, expondo suas próprias perspectivas sobre a intersexualidade e o Direito. Foi também utilizado o método de pesquisa documental, extraindo a importante evolução de diplomas legislativos correlacionados com o tema, todos, em um parâmetro interdisciplinar. Ao confrontar as conclusões extraídas com o presente artigo científico, tem-se que a mutilação precoce, ou seja, antes que a pessoa tenha o desenvolvimento necessário para escolher sua identidade de gênero, fere diversos pilares, em especial o direito de personalidade. O mesmo ocorre em relação ao nome civil atribuído aos indivíduos intersexuais.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças Intersexuais; Diversidade; Preconceito; Direito De Personalidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUC

A PROTEÇÃO DO DIREITO DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

DARA BARCELOS GOMES¹
darabarcelosgomes@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho teve por finalidade promover uma análise filosófica a respeito do papel dos animais na sociedade e expor opiniões legislativas e dos tribunais nacionais a respeito do tema. Primeiramente, o trabalho analisa a opinião de importantes filósofos sobre a causa ambiental e o papel dos animais ao longo dos séculos, demonstrando a construção de diferentes opiniões sobre o tema. Posteriormente o trabalho analisa o sistema jurídico-legal brasileira no tocando ao direito dos animais, especialmente no tocante a práticas que envolvam o aspecto cultural e o bem estar de animais. A prática do rodeio é usada como caso de estudo por demonstrar as especificidades da questão e a importância do tema no cenário atual. Defende-se, por fim, a tese de que a concretização a um meio ambiente equilibrado e protegido somente será alcançado com a proteção dos animais, não apenas lhes garantindo a sobrevivência, mas uma vida sem maus tratos e com dignidade mínima. Sem esta proteção, a concretização da proteção ambiental não pode ser alcançada.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Ambiental Brasileiro; Proteção Jurídica Dos Animais; Direito Dos Animais; Manifestações Culturais.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

A REINCIDÊNCIA COMO AGRAVANTE GENÉRICA DA PENA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM

LETÍCIA RESENDE ROCHA¹
leticia2resende@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo científico, elaborado por intermédio de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, analisa a reincidência sob a ótica do princípio do ne bis in idem. A reincidência é uma circunstância agravante utilizada na segunda fase da dosimetria da pena para agravá-la. O instituto é aplicado de forma automática pelo magistrado sem que exista por parte do Estado uma análise do motivo pelo qual o indivíduo reincidiu. Por outro lado, tem-se como princípio geral do Direito Penal a vedação da dupla punição pelo mesmo fato, garantia assegurada pelo princípio do ne bis in idem. Será estudado o referido instituto e seus efeitos, o posicionamento divergente da doutrina, bem como a posição do Supremo Tribunal Federal, concluindo-se que a reincidência constitui ofensa ao princípio do ne bis in idem.

PALAVRAS-CHAVE: Circunstância Agravante. Efeitos Da Reincidência. Ne Bis In Idem. Ofensa À Dupla Punição. Reincidência.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA: CONTROVÉRSIAS ANTE A SEGURANÇA JURÍDICA.

MARIANA SILVA ELEUTÉRIO¹
mari.eleuterio77@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

RESUMO: O Código de Processo Civil de 2015 apresentou um novo regramento para a coisa julgada inconstitucional superveniente, deixando o termo inicial para a propositura da Ação Rescisória sob condição resolutória, o que se contrapõe diretamente com a ideia de segurança jurídica e levanta sinais de inconformidade com a lei constitucional. Por meio de pesquisa bibliográfica, a presente pesquisa objetiva analisar o a história da coisa julgada, as particularidades desse instituto e os efeitos da relativização no sistema jurídico brasileiro, abordando em linha temporal os principais ensaios jurídicos desde que a questão se mostrou controversa nos anos 2000 até a atualidade. Foi também utilizado o método de pesquisa documental, expondo pertinentes manifestações do Supremo Tribunal Federal acerca da coisa julgada relativa e seus efeitos na segurança jurídica. A garantia de estabilidade dos provimentos jurisdicionais são ferramentas essenciais para a pacificação social pretendida com a segurança jurídica, entretanto, ignorar o constante desenvolvimento social com decisões inalteráveis se mostrou cada vez mais controverso, não havendo um consenso mesmo após a entrada em vigor do Código de 2015. Dessa forma, sejam contras ou favoráveis a relativização, as perspectivas se mostram caras a discussão.

PALAVRAS-CHAVE: Coisa Julgada. Relativização. Segurança Jurídica. Código De Processo Civil De 2015. Declaração De Inconstitucionalidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUC

A REPRESENTATIVIDADE DO SINDICATO TRABALHISTA FRENTE À UNICIDADE SINDICAL

LUIZ FERNANDO FERREIRA DUARTE¹
fernando_ferreira-duarte@hotmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo tem o intuito de abordar a representatividade dos sindicatos nos moldes atuais, debatendo-se a unicidade e a pluralidade, e como a mitigação da unicidade sindical mostra-se como um impasse frente à representatividade de direitos trabalhistas, elencando também a representatividade sindical dentro do sistema brasileiro. O atual sistema sindical trabalhista traz o sindicato em sua legislação para defender os interesses e direitos dos trabalhadores, buscando equalizar a relação entre empregados e empregadores, para tentar garantir ao trabalhador seus direitos em relação ao seu vínculo com o empregador. A representatividade tem como foco a representação política e social dos interesses de determinado grupo, classe social ou de um povo. Desta forma a representatividade sindical sugere que os sindicatos sejam a entidade representativa de determinada classe trabalhadora, a quem cabe a responsabilidade de lutar pelos direitos dessa classe e defender os seus interesses. Atualmente no Brasil é adotado o princípio da unicidade sindical, com a vedação de criação de outros sindicatos na mesma base territorial, para a mesma categoria. Desta forma o cerne do trabalho é discutir sobre a pluralidade, a unicidade sindical, e qual desses meios melhor atende a representatividade dos trabalhadores. Por meio de uma pesquisa exploratória bibliográfica e documental foi, assim, abordado o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicato Trabalhista; Unicidade Sindical; Representatividade; Direito Do Trabalho.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutorado em Direito pela PUC

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ANÁLISE DO DANO TEMPORAL SOB A ÓTICA DA TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR

PAULO CÉSAR COELHO DE PASSOS¹
paulinhocoelho78@hotmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES²
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

O trabalho propõe-se ao estudo da Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor sob a perspectiva da Responsabilidade Civil do fornecedor, notadamente no que concerne à natureza jurídica dessa nova modalidade de dano criado pela doutrina e aos poucos reconhecida no âmbito dos tribunais. Parte-se da premissa de que o tempo é um bem social irrecuperável, neste sentido e, com base em uma análise doutrinária e jurisprudencial, objetiva-se estudar a possibilidade de tutela do tempo perdido enquanto uma espécie autônoma de dano (extra)patrimonial, não albergada pelas ideias clássicas de responsabilidade civil. É comum o fornecedor exigir tempo maior do que o razoável para atender as demandas de consumo, por conseguinte alguns afazeres da vida são deixados de lado pelo consumidor, o que causa danos de ordem moral e patrimonial. Neste contexto, a subtração indevida do tempo útil reforça a Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor enquanto fundamento para se exigir reparação civil pelo dano temporal sofrido.

PALAVRAS-CHAVE: Dano Temporal, Direito Do Consumidor, Desvio Produtivo, Responsabilidade Civil, Indenização.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Universidade de Itaúna

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SITES INTERMEDIADORES DE COMPRA E VENDA VIRTUAL NO COMÉRCIO ELETRÔNICO BRASILEIRO.

MATEUS ROCHA LEITE¹
m_ateu_s@hotmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA²
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

RESUMO: As tecnologias têm facilitado a vida de todos hoje em dia. A internet, por exemplo, é um avanço que, a cada dia, integra cada vez mais o cotidiano das pessoas - possibilitando a interação com o mundo sem sair do conforto de casa. Essa interação proporciona a utilização, por alguns, da internet como fonte de renda e grandes lucros; os sites intermediadores são exemplos de empresas 100% online que têm obtido lucros inimagináveis, aproximando os polos da relação de consumo (consumidor, fornecedor-comerciante) que, por sua vez, estabelece uma relação jurídica por meio do ambiente virtual cedido pela empresa. O presente artigo objetiva analisar a responsabilidade civil dos sites intermediadores nas relações de consumo estabelecidas por meio das plataformas digitais, sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor, que apontará os pressupostos e possibilidades de responsabilização perante um vício de consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Consumidor; Direito; Internet; Sites Intermediadores.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Fumece

A RESPONSABILIDADE DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS SOB A PERSPECTIVA DA BOA FE OBJETIVA

GRAZIELLY MORATO GONÇALVES¹
graziellymorato30@gmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA²
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo objetiva-se delimitar a responsabilidade dos influenciadores digitais (digital influencers) em virtude da publicidade realizada por eles. Juntamente com o avanço da tecnologia os chamados digital influencers, caracterizados como indivíduos com alta habilidade de persuasão, atuam por vezes de maneira ilícita, transmitindo total credibilidade, e passando uma segurança para o público, de maneira a propagar publicidade abusiva e enganosa. Produtos, serviços na maioria das vezes nunca usados, mas aos olhos dos consumidores esses influencers expressam total satisfação pelo produto, fazendo as marcas aparecerem de maneira despretensiosa, ganhando credibilidade dos consumidores. O assunto é cada mais abordado nos julgados, que se faz necessário uma atenção para melhor decidir quanto a responsabilidade dos meios de transmissão dessas publicidades. Por meio de pesquisas bibliográficas, documental, decisões de juízes sobre esse determinado assunto pode -se analisar que os digitais influencers passaram a ser responsabilizados pelo que anuncio, atualmente, de forma objetiva quando o canal possui viés informativo, e se faz necessário a filtragem, e de forma subjetiva, a princípio quando o foco não é informar, mas apenas mostrar.

PALAVRAS-CHAVE: Influenciador Digital. Responsabilidade Civil. Código De Defesa Do Consumidor. Boa-Fé. Publicidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Fumece

A TUTELA JURÍDICA DO EMBRIÃO CRIOPRESERVADO EM CASO DE DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL.

GLEYSSON AUGUSTO MARZAGÃO¹
gleysson.marzagao@gmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA²
sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

O presente Artigo propõe-se a analisar alguns pontos jurídicos que envolvem a discussão em torno dos interesses relacionados ao embrião criopreservado, resultado de uma fertilização in vitro (FIV) homóloga, em especial à sua guarda quando da dissolução da sociedade conjugal, caso uma das partes decida revogar o consentimento previamente dado à implantação/utilização do embrião pela parte contrária. Ao final, apresenta-se uma proposta de provimento judicial que autorize a implantação do embrião, com base no direito ao planejamento familiar e em uma interpretação extensiva do direito fundamental à vida, ambos direitos constitucionalmente previstos, além da autonomia da vontade, princípio que rege as relações civis. Como método utilizado tem-se o bibliográfico, consultando-se variados materiais de pesquisa, objetivando orientar, esclarecer e fornecer embasamento teórico acerca do tema em debate. A pesquisa conclui que, em decorrência da natureza jurídica do embrião, que não pode ser equiparado à coisa, e levando-se em conta sua personalidade jurídica formal, deve ser respeitado e tutelado o seu direito à vida, sobressaindo este em relação aos demais pontos e princípios em discussão, podendo, assim, haver a concessão da guarda do embrião a uma das partes, com a conseqüente autorização de posterior implantação para desenvolvimento intrauterino.

PALAVRAS-CHAVE: Dissolução Sociedade Conjugal. Divórcio. Embrião Criopreservado. Direito À Vida. Guarda.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Direito

ALIENAÇÃO PARENTAL INVERSA E A INERCIA DO LEGISLADOR

RAFAELA FERNANDES FARIA¹
rafaelafaria015@gmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA²
sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo mostrar, por meio de pesquisas feitas de forma qualitativa, que o idoso pode ser vítima de Alienação Parental, bem como questionar a inércia do legislador diante do fato. Quando se fala em Alienação Parental, a primeira imagem que se tem é de uma criança e/ou adolescente sendo alienados por um de seus genitores. Pouco se discute a respeito do idoso passando por tal situação. Por ser o idoso vulnerável e dependente de cuidados especiais, ele pode acabar sendo usado como instrumento de agressividade entre seus familiares, e devido à sua fragilidade física e emocional, os efeitos da alienação podem perdurar até o fim de sua vida ou de sua sanidade mental. Além disso, o idoso pode ser vítima em duplo grau de violência, uma vez que, não raro, o interesse por trás da prática da alienação parental inversa tem fins patrimoniais. Em seguida, será feita uma pequena abordagem da importância da inclusão do idoso na (Lei 12.318/10 - Alienação Parental) e uma breve crítica ao silêncio eloquente do legislador e dos estudiosos do direito acerca do referido tema, assim como as possíveis medidas para a resolução desse problema.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação Parental. Síndrome De Alienação Parental. Vulneráveis. Idoso. Silêncio Do Legislador.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Direito

ANÁLISE CRÍTICA DA LEGITIMIDADE DE O JUIZ PRODUIR PROVAS NO PROCESSO PENAL FRENTE AO SISTEMA ACUSATÓRIO

TAMIRES CRISTINA DE ALMEIDA¹
ta-mires@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

Objetiva-se investigar as alterações ocorridas no Código de Processo Penal trazidas pela Lei nº 13.964/2019, recortando-se na possibilidade de o juiz determinar a produção de provas no processo penal brasileiro de ofício após a adoção do sistema acusatório puro pelo Código de Processo Penal. Por meio da pesquisa bibliográfica, verificou-se que a atividade probatória pelo magistrado, permitida em alguns artigos do Código de Processo Penal, constitui afronta ao sistema acusatório puro, uma vez que neste sistema, o juiz deve se abster de tomar decisões de ofício. Além disso, percebeu-se também que, caso o magistrado não se abstenha destas decisões, seriam contrariados alguns princípios norteadores do processo penal, como o princípio da imparcialidade do juiz, do contraditório e da ampla defesa. No processo penal brasileiro, a prova é produzida pelas partes e se destinam ao processo, não ao juiz, que tem a função de analisá-las para o proferir o julgamento do mérito, a partir da efetiva participação e influência das partes, o que garante o contraditório efetivo. A relevância do tema está no debate acerca da legalidade da iniciativa probatória do magistrado e a interferência que isso ocasiona em sua parcialidade no julgamento do mérito na ação penal.

PALAVRAS-CHAVE: Processo Penal. Sistema Acusatório. Produção De Provas. Contraditório. Pacote Anticrime.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

ANÁLISE DA (IM) POSSIBILIDADE DE INTERRUPTÃO DA GRAVIDEZ DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA DE ESTUPRO

KARLA DRIELLE FERNANDES DA COSTA¹

karla@infocodigital.com.br

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO²

julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo fará uma análise acerca (im) possibilidade de interrupção da gravidez da criança e do adolescente vítima de estupro e a autonomia da criança na escolha de se tornar mãe. Trata-se da incidência e o significado da violência sexual infantil, os impactos psicológicos na vida da criança abusada, a necessidade de comprovação de violência, a necessidade comprovação relacionada à capacidade de resistência da vítima ao ato sexual. O estudo objetiva-se discutir a possibilidade de interrupção de gravidez resultante de estupro, como é avaliada e julgada em caso de aborto e os danos causados a vítima, quais os procedimentos adotados e a validade do consentimento do ato. Parte-se da violência sexual no contexto familiar e doméstico e a relação de poder entre abusador e criança ou adolescente abusado e análise crítica do procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS e a possibilidade do aborto humanitário em crianças e adolescentes. A problemática do presente estudo parte-se da seguinte indagação: A criança e adolescente vítima de estupro detém autonomia para escolher se será ou não será mãe, com a consequente interrupção da gravidez? A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica e documental, consistindo em reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Estupro. Aborto. Criança E Adolescente. Autonomia. Direito À Dignidade Sexual.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO ART.385 DO CPP FRENTE AO MODELO DE PROCESSO PENAL ACUSATÓRIO

WALTER BARCELOS VALADARES LOBATO¹
waltervaladares95@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a constitucionalidade do art. 385 do Código do Processo Penal (CPP) frente ao modelo de processo penal acusatório sistema penal acusatório brasileiro adotado a partir da Constituição da República de 1988. Neste sentido visa consubstanciar uma postura crítica reflexiva dessa temática quanto o que a legislação veda, e, sobretudo, do posicionamento doutrinário e jurisdicional brasileiro. Outrossim, estabelece a necessidade de compreender a justiça criminal na corroboração de seu papel de garantir os ditames constitucionais, sendo mais proeminente na fundamentação dos princípios do processo penal, e que promova maior espaço de debate e de análise dos trâmites conflitantes estabelecidos através desta temática, visando atender a propositura garantidora em que se fundamenta o Estado Democrático de Direito, sob o viés de uma justiça que privilegia as garantias constitucionais.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição; Código Penal; Sistema Acusatório; Princípios E Garantias

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

ANÁLISE DA EXIGÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR PARA INGRESSO COMO SOLDADO NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

ISADORA SILVA FONSECA¹
isadora.silva.fonseca@hotmail.com

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo visa abordar a exigência do Ensino Superior como requisito objetivo para ingressar como Policial Militar no estado de Minas Gerais por meio de concurso público. A relevância teórica e prática da presente pesquisa reside na necessidade de questionar a constitucionalidade dessa exigência frente às disposições da Constituição Federal da República Brasileira de 1988, bem como dos princípios que norteiam a Administração Pública. Por meio de pesquisa teórico-bibliográfica e documental, serão demonstrados os requisitos previstos nos editais e leis, além da função da polícia militar. A exigência do Ensino Superior trata-se de um requisito objetivo e eliminatório, que foi recém-incluído no edital da Polícia Militar, o que levantou discussões, pois não se fazia necessário entrar em vigor naquele momento e sim nos concursos a partir do ano de 2020, segundo a lei complementar 115 de 05 de agosto de 2010. A exigência deve ser razoável e proporcional, caso contrário estará contrariando as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Concurso Público. Polícia Militar. Direito Constitucional. Princípios Constitucionais. Direito Administrativo.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

ANÁLISE DA IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL GENÉTICO À LUZ DO PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

WILLIAM DOUGLAS SILVEIRA SILVA¹
williamdouglascontabilidade@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade, precipuamente, analisar a utilização das provas obtidas em elemento de dados gênicos, em direção a trazer a convicção do magistrado sobre os fatos versados em determinado processo ou procedimento. Busca-se averiguar, assim, a legalidade e constitucionalidade da exação de elementos biológico para o alcance do perfil gênico do pesquisado à luz dos princípios da não autoincriminação e do pressuposto de inocência, bem como do direito do réu de não criar prova contra si próprio. Ademais, não se pode permitir a banalização dos direitos fundamentais, sob pena de se caminhar para o autoritarismo, uma vez que são os próprios direitos fundamentais que atuam como limitadores à atuação do Estado e o jus puniendi.

PALAVRAS-CHAVE: Prova. Processo Penal. Material Genético. Investigação Criminal.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO CRIMINAL COMPLIANCE NAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS E NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

GUSTAVO VITALINO FONSECA DE OLIVEIRA¹
gusttavofonseca21@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar a implementação do Criminal Compliance, especificamente no âmbito empresarial. A pesquisa aponta primeiramente o significado da palavra compliance termo utilizado durante o estudo jurídico atual. Inicia-se a pesquisa a partir do estudo dos crimes modernos relacionados ao setor financeiro, direcionando a prevenção de condutas arriscadas, objetivando assim descobrir a origem de tais condutas criminosas e conseqüentemente a responsabilização criminal das pessoas jurídicas. Analisar-se-á também o avanço do estudo do compliance juntamente com evolução das normas penais brasileiras, principalmente das leis: Lei 12.683/12 e Lei 12.846/13, e seus impactos na esfera do Criminal Compliance, perpassando pela execução de programas de criminal compliance e sua contribuição como forma de prevenção e repressão dos delitos econômicos empresariais, induzindo às empresas a formulação e adoção de tais programas em busca de seu objetivo. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórico-bibliográfica e documental, consideradas referenciais lógico-científicos para análises críticas e teóricas do tema-problema exposto.

PALAVRAS-CHAVE: Criminal Compliance; Crimes Empresariais; Direito Econômico; Responsabilidade Da Pessoa Jurídica.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

**ANÁLISE DO ELEMENTO SUBJETIVO ESPECÍFICO COMO CARACTERIZADOR
DO CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE: APONTAMENTOS CRÍTICOS DA LEI Nº
13.869/2019**

IGOR GABRIEL MARQUES DE OLIVEIRA¹
igor.gabrielmarquesdeoliveira@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO (ORIENTADOR)
francisco.neto@fapam.edu.br

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO (COORIENTADORA)²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O objetivo geral desse trabalho consiste em analisar os requisitos exigidos pela Lei n.º 13.869/2019 para caracterizar determinada conduta como crime de Abuso de Autoridade, em especial, aprofundar os estudos acerca do conceito de dolo específico e a viabilidade em constatá-lo no caso concreto. Busca-se, também, refletir sobre os impactos da nova Lei de Abuso de Autoridade no exercício do poder-dever atribuído ao agente público, analisando se a referida lei constringe o agente a exercer suas atividades. A relevância do estudo tema consiste em descobrir se a nova Lei de Abuso de Autoridade se mostra efetiva no atual contexto jurídico e político. Ademais, faz-se necessário diferenciar abuso de poder de abuso de autoridade, comparando as alterações legislativas sobre a matéria. A metodologia adotada para a elaboração do trabalho foi a pesquisa teórico-bibliográfica e documental, com a utilização de livros, artigos científicos, leis, julgados e jurisprudências, que são considerados referenciais lógico-científicos para realizar a análise crítica do tema-problema, mediante a construção de análises teóricas e interpretativas.

PALAVRAS-CHAVE: Lei. Abuso. Autoridade. Finalidade. Dolo Específico

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

ANÁLISE JURÍDICO-LEGAL DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS AOS MENORES INFRATORES: UMA ANÁLISE À LUZ DA REALIDADE DAS VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA BAPTISTA¹
kadubapitsta@gmail.com

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem por estudo uma análise jurídico-legal da eficácia das medidas socioeducativas aos menores infratores sob uma perspectiva da realidade das varas de Infância e Juventude. Parte-se da atual situação dos menores infratores perante a sociedade brasileira, uma vez que estes possuem carência de discernimento pela sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, merecem proteções e garantias elencadas no ordenamento jurídico brasileiro. A presente pesquisa tem por objetivo um estudo acerca da aplicabilidade das medidas socioeducativas de uma maneira transdisciplinar, tendo em vista a falta de discernimento dos infratores, que, na maioria dos casos, carecem de educação e são marginalizados pela sociedade, demonstrando que a discussão sobre o tema transcende o ramo jurídico devido a condição peculiar do menor em conflito com a lei, de pessoa em desenvolvimento. A problemática da pesquisa pauta-se na seguinte questão: as medidas socioeducativas impostas aos adolescentes infratores, e o seu cumprimento, são efetivas na prevenção de novos atos infracionais? A metodologia para a realização da pesquisa, tem por embasamento um estudo descritivo-analítico acerca do tema, realizado por meio de estudos bibliográficos de doutrinas, artigos, legislação e jurisprudência pertinentes.

PALAVRAS-CHAVE: Criança E Adolescente. Menor Infrator. Medidas Socioeducativas. Reincidência. Ressocialização. Sociedade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

ANÁLISE TEÓRICA E CRÍTICA DO CRIME ORGANIZADO E DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL: A NOVA FACE DA CRIMINALIDADE

EDUARDA MOREIRA CARDOSO¹
eduardamcardoso@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BÔAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender o crime organizado como a nova face da criminalidade a partir da análise teórica e crítica do crime organizado e das organizações criminosas no Brasil e as alterações no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro para combater esse fenômeno com suas consequências para o direito penal. Para isso, contextualizou-se historicamente a evolução do crime organizado no Brasil destacando as principais organizações criminosas que hoje atuam em todo território nacional. Bem como, analisou-se a evolução legislativa, decorrente da necessidade de enfrentamento desse fenômeno, e a criação do GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado.

PALAVRAS-CHAVE: Crime Organizado, Organizações Criminosas, Lei 12.850/13

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

APAROFOBIA, RACISMO E COTAS: UM ESTUDO CRÍTICO E ISOTÓPICO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

VINÍCIUS WINGLISON DA SILVA ROSA¹

viniciuswinglison@gmail.com

DANIELE APARECIDA GONÇALVES DINIZ MARES²

dadiniz10@gmail.com

RESUMO

Objetiva-se tratar a aporofobia, neologismo estudado pela professora Adela Cortina para designar a pobreza e tudo que dela decorre, em especial, a sua relação com o acesso do negro ao ensino superior. O presente estudo pretende responder ao seguinte questionamento: as políticas públicas de caráter eminentemente econômico seriam suficientes para proporcionar o acesso isotópico ao ensino superior podendo, conseqüentemente, substituir o atual sistema de cotas raciais? Por meio da pesquisa documental e bibliográfica desenvolveu a presente pesquisa, a qual, a partir de raciocínio dedutivo pode concluir que a estruturação estatal, com todos seus aparatos pode diminuir as desigualdades de classe e raça e promover o acesso isotópico ao ensino superior. Verificou-se que as políticas públicas de cunho econômico se mostram insuficientes para viabilizar o acesso do negro ao ensino superior, considerando a situação discriminatória ainda existente e que subjuga um povo por critérios raciais. Não é para se dizer que o aparato do Estado estará de forma onipresente na sociedade para beneficiar grupos em detrimento de outros, se trata de colocar em prática, por exemplo, o que veem disposto e positivado no art. 3º da Constituição Federal de 1988, promovendo a almejada isotopia consagrada no texto constitucional.

PALAVRAS-CHAVE: Aporofobia; Racismo; Isotopia; Cotas Raciais.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA AOS HIPOSSUFICIENTES

RISLLEY BARBOSA HENRIQUES¹
rislleybh@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO (ORIENTADOR)
francisco.neto@fapam.edu.br

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO (COORIENTADORA)²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade analisar, através de pesquisa bibliográfica, a aplicação da pena de multa e a hipótese de violação do princípio da igualdade através dessa, bem como a outros princípios informadores do Direito Penal. Dessa forma, primeiramente perpassará pelas principais alterações sofridas por tal sanção durante a história de forma cronológica. Chegando ao modelo atualmente vigente será mostrada a sua incompatibilidade com a realidade social do Brasil e com as próprias normas do ordenamento jurídico. Restando clara, ao final, que tal desconformidade resulta em diversos reflexos negativos do ponto de vista de um Estado Democrático de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Pena De Multa; Seletividade Penal; Princípio Da Igualdade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

AS FINALIDADES DA PENA E SEU REAL PROPÓSITO EM UM SISTEMA JURÍDICO: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA EFICÁCIA DO SISTEMA DE EXECUÇÃO PENAL

GABRIEL MOREIRA DE ALMEIDA¹
gabrielmoreira131twd@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as finalidades da pena e seus respectivos propósitos, tendo em vista a realidade social em que se encontra o ex-detento e o alto nível de reincidência. Busca-se, aqui, questionar se tal instituto alcança seus objetivos, bem como discutir a real finalidade da pena, que, conforme diversos estudiosos, possui diferentes objetivos, mas apenas um intuito: satisfazer as pretensões penais. A pena, objeto de várias discussões no mundo do direito, também é um instituto jurídico cujo objetivo é aplicar uma contramedida resultante de uma ação ou omissão que se apresenta em desconformidade com o ordenamento jurídico integralmente considerado e, a partir desse ponto, refletir sobre os objetivos dessa resposta estatal denominada pena e seus pontos positivos e negativos - tanto para o condenado - quanto para a sociedade. Utilizando de diversas pesquisas bibliográficas, empíricas e documentais, é possível notar um crescente índice de prática de crimes de forma reiterada, uma seletividade de delitos, a ineficácia do sistema de ressocialização e a nítida priorização do Estado - ao aplicar primordialmente medidas repressivas - abrindo, assim, espaço para uma discussão do verdadeiro propósito da pena. Para diversos doutrinadores e operadores do direito, que se comprometem a explicar tais finalidades, a pena possui vários objetivos em que é possível chegar a denominadores comuns, porém são aplicados e alcançados em momentos distintos, possuindo propósitos específicos em cada finalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Finalidade Da Pena; Eficácia Da Pena; Reincidência; Sistema Carcerário; Execução Da Pena.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

AS POLÍTICAS FISCAIS COMO FORMA DE REDUÇÃO DAS INIQUIDADES SOCIAIS EXISTENTES NO BRASIL

THAIS CAROLINE CARDOSO DE LIMA¹
thaislimma7@gmail.com

JOSE HENRIQUE RIGHI RODRIGUES²
josehenrique.rodrigues@fapam.edu.b

RESUMO

O presente artigo analisa a carga tributária brasileira objetivando verificar sua relação com os fundamentos da desigualdade de renda no país, de modo que, as políticas fiscais possam servir para a redução das desigualdades de renda existentes no Brasil. É notório, que o Poder Constituinte Originário se preocupou com a intervenção direta do tributo cobrado no patrimônio do contribuinte, de modo a impedir tratamentos irregulares. No entanto, a tributação sobre o consumo no Brasil se apresenta através de um sistema regressivo, isto é, mais assente sobre os tributos indiretos em detrimento dos diretos. Por meio de pesquisa bibliográfica, análises crítico-comparativas, demonstrou-se que nesse sistema, cobra-se mais proporcionalmente da população de classe média e baixa. Posto isso, faz necessário uma análise acerca da carga tributária empregada no Brasil, do princípio da isonomia, do princípio da capacidade contributiva e a possibilidade de reformulação da política fiscal como propulsora de igualdade material, isto é, o deslocamento da demasiada tributação sobre o consumo para a renda como técnica para a redução da desigualdade de renda no país para o alcance de uma maior equidade fiscal.

PALAVRAS-CHAVE: : Desigualdade De Renda. Tributação. Regressivo. Princípio Da Isonomia. Princípio Da Capacidade Contributiva. Inequidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Público pela PUC

AS PRISÕES PROVISÓRIAS EM CONFLITO COM O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: PROTEÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS, RESPEITANDO SEUS PRINCÍPIOS NA PREMISSA DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

ALEXANDRE CÉSAR GILSOGAMO GOMES DE OLIVEIRA JÚNIOR¹
alexandre-oliveirajr@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa estuda o Garantismo Penal, através de direitos e garantias constitucionais, refletindo sobre a (i)legalidade das prisões provisórias, visto que se contraditam com o princípio da presunção de inocência, transformando-o em presunção de culpa. Não se pode utilizar da prisão provisória como reprovação do crime, pois, para isto existe a sentença penal condenatória. A relevância teórica e prática do tema se situa no fato de que a sua decretação encarcera um suposto infrator, sobre o qual não recaem provas, afetando diversos outros institutos jurídicos e sociais, como exemplo, o “pré-julgamento” da sociedade quanto ao indiciado, causando um impacto negativo em seus valores sociais e morais, considerando ainda a superlotação carcerária decorrente também de encarceramento provisório, o que ofende direitos individuais. Para a análise do tema-problema, foi adotada como metodologia a pesquisa teórico-bibliográfica e documental, mediante a pesquisa em livros, doutrinas, leis e jurisprudência, considerados referenciais lógico-científicos para construção de análises teóricas e interpretativas. Destarte, concluiu-se pela inconstitucionalidade das prisões provisórias, pois, ao encarcerar um investigado considerado ainda inocente, afronta o princípio constitucional da presunção de inocência.

PALAVRAS-CHAVE: Garantias. Princípios. Prisões Provisórias. Presunção De Inocência.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS COMO OS MAIORES ALVOS DE BULLYING RELIGIOSO NO BRASIL

LUCY FLORÊNCIO DE SOUSA MACHADO¹
lucy_f10@yahoo.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

Objetiva-se investigar na pesquisa as religiões afro-brasileiras como sendo os maiores alvos de bullying religioso no Brasil, partindo do pressuposto de que o Brasil é um Estado Laico, e que em sua carta magna, ou seja, a Constituição Federal de 1988 garantiu a democracia e o direito fundamental à liberdade religiosa e de crença a todos no território nacional. Ademias, o tema se faz pertinente, relevante, atual e importante para manutenção social e cultural do Brasil, pois toda e qualquer manifestação de crença, religiosidade ou até mesmo o fato de se optar por não ter nenhuma religião merece ser respeitado e protegido, afinal está diretamente ligado a um estilo de vida, a uma crença e a cultura de um indivíduo e seu País. Em contrapartida à proteção inerente aos direitos à religiosidade, as crenças e a laicização, será estudado por que as religiões Afro-Brasileiras são as maiores vítimas de bullying religioso no Brasil, baseando-se em um contexto histórico e cultural. Para desenvolvimento do respectivo artigo será usado como metodologia, a pesquisa bibliográfica, documental e ainda serão feitas várias análises de cunho diversos.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Laico. Religião. Religiões Afro-Brasileiras. Bullying Religioso. Liberdade Religiosa.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: REFLEXOS E CIRCUSTÂNCIAS

YHNGRAT DE LOURDE DUARTE SILVA¹
yhngnat@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O assédio moral, é uma prática mais comum do que realmente vemos, por ser pouco conhecido muitas das vezes as pessoas sofrem caladas pela falta de informações, passando por humilhações, adoecendo psicologicamente e fisicamente por não saberem como proceder diante da violência sofrida. Em nossa legislação há algumas formas de combater o assédio moral, ações que buscam prevenir e punir os praticantes, a fim de transformar o local de trabalho em um ambiente seguro, confortável e agradável de estar. O Assédio Moral traz para a vítima problemas psicológico bem como físicos, estar ciente dos tipos de assédio, das formas como se defender de tal ato e como os meios de provas que pode apresentar, é uma forma de buscar a diminuir esta pratica que acontece com tanta frequência e ainda é pouco divulgada. Para tanto, nessa pesquisa foi utilizado o método exploratório, como pesquisa bibliográfica e documental, para elucidar o fenômeno que incide no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Do Trabalho. Assédio Moral. Saúde Do Trabalhador. Consequências.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

COMUNICAÇÃO JUDICIAL VIA MENSAGEM ELETRÔNICA

HIAGO RAMOS BATISTA¹
hiagoliveramos@hotmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O judiciário se encontra em constante evolução com relação ao uso de tecnologia ao seu favor, para que se torne mais eficaz e possível, a melhora da estrutura que trabalha em torno do processo. Este presente artigo busca esclarecer através de estudos, fazendo uma análise em relação sobre a possibilidade da aplicação de meios incomuns e comuns, sendo os comuns aqueles já encontrados em lei para as comunicações sobre atos judiciais, a título de exemplo, as mensagens eletrônicas, através de smartphones e seus aplicativos ou por algum outro meio. Para a credibilidade desse sistema, deve-se primeiramente analisar sua idoneidade, sua de vida regulamentação e aceite e claro, sua devida eficácia, visando contemplar os princípios da celeridade e o da economia processual.

PALAVRAS-CHAVE: Atos Judiciais; Citação; Intimação; Comunicação Judicial; Processo Eletrônico.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE: CONSTITUCIONALIDADE, ENTRAVES E DESAFIOS.

LETÍCIA VIEIRA GOMES¹
leticiavg12@hotmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, apresentar dispositivo de lei inserido à legislação pátria pela Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/2017), abordando suas principais características, assim como o crescimento das discussões doutrinárias e jurisprudenciais ocasionadas pelos impactos trazidos pela inovação legislativa às relações empregatícias e ao direito laboral brasileiro. O presente artigo científico se propõe a discorrer sobre a recente diversificação nas decisões proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais – TRT da 3ª Região, e pelo Tribunal Superior do Trabalho, no tocante a possível inadequação principiológica, tal como a violação a direitos constitucionais e trabalhistas nas relações de emprego de trabalhadores regidos pela contratação intermitente, enquanto a controvérsia jurídica encontra-se pendente de julgamento pelas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 5826, nº 5829 e nº 6154, que tramitam perante a Suprema Corte Constitucional Brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Reforma Trabalhista; Trabalho Intermitente; Relação De Trabalho E Relação De Emprego; Princípios Justrabalhistas; Violação De Direitos Constitucionais E Trabalhistas.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutorado em Direito pela PUC

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO E A ESTABILIDADE DA GESTANTE

LEONARDO NUNES RIBEIRO¹
leonunes110394@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O contrato de trabalho por prazo determinado é aquele que já tem data prevista para que ocorra a ruptura de seu contrato, sendo tal modalidade limitada pela legislação brasileira, haja vista se tratar de excepcionalidade. O contrato por prazo determinado deve ser utilizado em algumas situações, tais como, o contrato de experiência que é considerado como um período de teste para que ambos os lados entendam como funciona o serviço e se vão se adaptar e em serviços cujo natureza justifique seu prazo, ou seja, em serviços que tenha um período para se finalizar. E, para tanto, o prazo máximo é de 2 anos em contratos celetista e de 90 dias para contratos de experiência, o prazo máximo é definido para que este contrato não se torne um contrato por prazo indeterminado. Além das situações previstas no art. 443 da CLT ainda pode ser determinado para as espécies de trabalho, temporário, por safra, de aprendiz e por obra certa. Diante do fato de um contrato ter um prazo para se encerrar, se questiona como fica a situação da mulher que engravida durante este contrato, se a mesma terá direito a estabilidade e ao período de licença.

Em uma tentativa de sanar estas dúvidas o TST trouxe no ano de 2012 a alteração do item III, que trouxe em sua redação que a estabilidade provisória também caberia nos contratos por prazo determinado, por algum tempo este foi o entendimento, até recentemente onde o TST começou a entender que esta estabilidade não era devida com o encerramento do contrato em seu período estabelecido.

O objetivo desta pesquisa, foi fazer um parâmetro entre o contrato por prazo determinado e a estabilidade da gestante, afim de se buscar entender se a mesma a direito da estabilidade ou não, apresentando assim uma pesquisa doutrinaria e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Do Trabalho; Contrato Por Prazo Determinado; Estabilidade Gravídica; Súmula 244 Do Tst

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutorado em Direito pela PUC

CRAM DOWN: UM INSTITUTO POSITIVADOR DOS PRINCÍPIOS DA PRESERVAÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

FERNAO JUNIO DE CARVALHO FARIA¹
fjcoliveira@yahoo.com.br

APARECIDO JOSÉ DOS S. FERREIRA²
aparecido.jose@yahoo.com.br

RESUMO

RESUMO: Objetiva-se com este trabalho refletir sobre o instrumento processual do Cram Down, originário do Direito Americano, no Direito Brasileiro em consonância aos princípios da função social e da preservação da empresa. A ferramenta judicial de estudo ainda é visão minoritária de jurisprudência, amparada na rigidez do parágrafo primeiro do artigo 58 da Lei 11.105/2005. O trabalho busca ressaltar a importância de maior flexibilização do referido artigo com intuito de combater atos dos credores amparado exclusivamente em interesses particulares ou manipulação de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Cram Down. Art. 58, § 1º. Lei 11.101/2005. Princípio Da Função Social Da Empresa. Princípio Da Preservação Da Empresa.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Itaúna

CRIMES CIBERNÉTICOS : A EVOLUÇÃO DOS CRIMES NO BRASIL E OS CONFLITOS COM A LEI

LUIZ ANDRÉ DA SILVA BARCELOS¹
luizandrebarcelos0@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O tema escolhido são os crimes cibernéticos no Brasil, onde será estudado uma reflexão sobre a eficácia e determinados problemas existentes em normas vigentes, utilizando-se da metodologia de pesquisa bibliográfica e tendo como base a Lei 12.737\2012. O presente trabalho tem como objetivo ser utilizado como fonte para o mundo jurídico possibilitando uma melhoria nas normas vigentes e futuras, mostrando o conceito sobre crimes cibernéticos, o conceito sobre crime no geral, como surgiu os primeiros relatos sobre tais crimes e como eles vieram aumentando gradativamente com o passar do tempo, a evolução da tecnológica e a dificuldade na produção de provas. Na atual era, muitos possuem acesso à internet seja em computadores ou em celulares smartphones, a tecnologia é uma coisa muito boa se esta for utilizada para fazer as coisas certas ou fazer o bem, por exemplo, na educação, política e ciência, porém o mundo não é um mar de rosas e devido algumas pessoas acabam utilizando a internet para fazer o mal, um exemplo que pode ser tirado disso é o cyberbullyng, vazamento de fotos de adolescente e o roubo de dados em computadores e celulares smartphones, os famosos haters e o jogo virtual chamado baleia azul. Concluindo que para que todos possamos utilizar a rede mundial de computadores precisa-se de que haja uma proteção mais eficaz para que todos se sentam seguros enquanto a utilizam.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Digital. Direito Virtual. Crimes Virtuais. Crimes Cibernéticos.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

CRIMES EMPRESARIAIS E A LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL N 12.846/2013

AMANDA SOARES DE ALMEIDA¹
almeida.manda14@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

A introdução do criminal compliance ainda é recente no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que seus primeiros traços surgiram pela Lei de Lavagem de Dinheiro n° 12.683/12 para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de capitais, vindo a ser introduzido alguns meio de prevenção dos mesmo na Lei Anticorrupção n° 12.846/2013, regulamentada pelo decreto n° 8.420/2015, o qual visa a prevenção de atos lesivos praticado por pessoas jurídicas de caráter privado em desfavor a administração pública contra patrimônio nacional ou estrangeiro, prevê ainda uma inovação que é o acordo de leniência que é celebrado entre entidade publica, São medidas ainda pouco adotadas no Brasil. Dessa forma é necessário que haja uma mudança cultural e consequente estrutural, pois muitas empresas não possuem condições de ter um sistema interno de Compliance. Nesse contexto surgem então o questionamento se é possível combater e evitar os crimes cometidos no âmbito das relações empresariais por meio do Criminal Compliance? A fim de responder ao questionamento supracitado, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio do método dedutivo, cuja fundamentação se deu por meio de instrumentos técnicos, tais como: doutrinas, artigos de publicação periódica de sites especializados e/ou impressas, e legislação.

PALAVRAS-CHAVE: Criminal Compliance. Lavagem De Capitais. Prevenção. Pessoa Jurídica. Mecanismo De Integridade

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

CRIMINOLOGIA: SOMOS TODOS CRIMINOSOS?

LAURA OLIVEIRA RODRIGUES¹
lauraorodrigues@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho abordará a criminologia, apresentando seus aspectos gerais, sua evolução e contextualização a partir do estudo e de suas funções, sendo examinado o crime, o criminoso, a vítima e o controle social, bem como suas teorias e, por conseguinte, suas modalidades criminológicas. Sua finalidade será o crime e o sentimento de culpa do estudo do criminoso ao estudo da prevenção do delito, bem como o modelo social da justiça criminal agrupado com o papel do controle social, se este afeta a sociedade contemporânea, entrelaçado com a importância do instrumento de busca pela justiça ao explicar o contexto da prática delituosa.

PALAVRAS-CHAVE: Criminologia; Crime; Sociedade; Justiça.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

DEPÓSITO RECURSAL TRABALHISTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SUA CONSTITUCIONALIDADE

SARAH DE RESENDE LOBATO¹
sarahresende1999@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo visa analisar a constitucionalidade do depósito recursal trabalhista, requisito obrigatório de admissibilidade para o empregador, salvo as exceções legais, interpor recurso. Possui como objetivo geral a análise da exigência do depósito em questão mitigar o princípio da ampla defesa e, por consequência, os princípios do duplo grau de jurisdição, devido processo legal, contraditório, isonomia e ampla defesa. O artigo abordou os aspectos gerais do instituto recursal trabalhista, o fundamento do depósito recursal; os princípios constitucionais; as duas linhas argumentativas que tratam de tal instituto; outros ramos do direito que tratam de questões análogas ao depósito recursal, desigual concorrência e a situação financeira do mercado de trabalho. Portanto, verificou-se que tal instituto viola os preceitos básicos da Constituição Federal de 1988, além de impossibilitar o acesso à justiça para os empregadores sem recursos financeiros. Por fim, no tocante à metodologia, o presente estudo foi realizado por pesquisa bibliográfica e documental, e caminhou-se para a conclusão que a exclusão da exigência do depósito recursal contribuirá para uma sociedade mais harmônica, possuidora de tratamento igualitário a todos os indivíduos que socorrerem ao judiciário.

PALAVRAS-CHAVE: Recurso Trabalhista; Depósito Recursal; Inconstitucionalidade; Acesso À Justiça; Ampla Defesa.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutorado em Direito pela PUC

DESAFIOS ENFRENTADOS NA UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

FÁBIO CÁFARO FERREIRA¹
fabiocafaroferreira@gmail.com

FÁBRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho aborda as peculiaridades do poder familiar que o Estado atribui aos pais sendo na proteção e na representação de seus filhos menores em relação à pessoa, de modo que, eles os filhos não venham ser emancipados sendo que está fundado nos princípios da dignidade humana e da paternidade responsável, com fulcro no artigo 226, parágrafo 7º da Constituição Federal de 1.988. Abordaremos de certa forma sobre a Mediação nos Conflitos Familiares de modo que a sua importância nas relações familiares sendo no que diz respeito aos laços afetivos, promovendo a importância da mediação como meio alternativo para solucionar os conflitos familiares. A mediação trouxe enormes mudanças culturais e sociais na vida de todos nós, principalmente no modo de solucionar os delicados conflitos. Acreditamos que a mediação sempre trará uma facilitação, um desenvolvimento, um sucesso para as partes e para os operadores do direito, de forma a qualificá-los na formação de mediadores para solução alternativa de conflitos sejam eles quais forem. Faço uma abordagem da guarda compartilhada junto aos seus genitores sendo assegurado a eles em condições de igualdade, de modo que, se houver alguma divergência entre seus genitores é necessário que os dois possam procurar o Judiciário para que seja solucionado o problema. Porém venha-se a questionar as seguintes indagações. Se a mediação é meio efetivo para resolver conflitos entre casais que estão em processo de divórcio litigioso? A mediação como ferramenta hábil à definição da guarda compartilhada: os filhos menores têm direito de participar das sessões de mediação? O filho alienado tem direito de participar das sessões de mediação? Ou seja, quando um dos genitores é acusado ou suspeito de violência contra os filhos menores. Verifica-se preliminarmente que não é possível a mediação na guarda compartilhada quando se envolve esse ato de violência contra os filhos. Demonstra-se que a prática desse ato de violência contra os filhos menores poderá constituir uma violação ao direito fundamental dos seus próprios filhos e também ao princípio da proteção à criança, pois o direito fundamental é interpretado de uma forma extensivamente. O enfoque deste trabalho foi criado pelo método do procedimento metodológico da análise bibliográfica. Nesse sentido como elementos bibliográficos foram utilizados Manuais De Direito Das Famílias, artigos científicos de revista, sites pertinentes ao tema tratado, também em pesquisas, como as legislações e Projetos de Leis correlatos, de forma envolvendo a própria realidade da vida no seio familiar onde ocorreram e ocorrem vários comportamentos indiferentes principalmente com os seus próprios filhos, no qual me levou a escolher o tema proposto. De modo que é fundamental no exercício familiar os filhos terem uma base, uma raiz, uma estrutura de seus genitores para com eles, dando-lhe toda a atenção, respeito, carinho e o principal sendo o maior deles que é o amor e à educação perante seus filhos, pois a

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUC

educação de seus genitores para com os seus filhos é um direito fundamental, sendo um enorme pilar para o poder familiar diante do século XXI que estamos vivendo perante tantas mudanças e discussões na família junto com os seus próprios filhos.

PALAVRAS-CHAVE: Mediação. Conflitos. Familiares. Guarda. Compartilhada.

DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO URBANA E O PAGAMENTO EM TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

LUIZ EDUARDO MACIEL OLIVEIRA¹
luizmaciel123456@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA²
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo aborda a desapropriação urbana de caráter sancionatório que atinge a propriedade urbana que não cumpre sua função social de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001). Apresenta o direito de propriedade e a função social qual a mesma deve cumprir. Apresenta o instituto da Desapropriação a luz do Direito Administrativo. Mostra as sanções que ocorrem anteriormente a desapropriação sancionatória urbana para que ela ocorra somente como último recurso. Apresenta o conceito de Dívida Pública, bem como os Títulos da dívida pública e a sua utilização em prestações anuais, iguais e sucessivas para o pagamento da forma de desapropriação supracitada. Analisa as dificuldades na eficácia da desapropriação-sanção urbana e questiona o meio de pagamento utilizado na ocorrência da mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Função Social Da Propriedade Urbana; Desapropriação; Desapropriação-Sanção Urbana; Títulos Da Dívida Pública.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela

Faculdade de Direito do Vale do Rio

DESJUDICIALIZAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA: MEIOS INFORMAIS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NAS AÇÕES CONSUMERISTAS

STEFANNI GURSKI¹
teiagurski@hotmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA²
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão teórica sobre o cerceamento ao acesso à justiça, no que tange a obrigatoriedade de buscar meios administrativos de resolução de conflitos, como requisito mínimo para a propositura da ação judicial. Ressalta-se que, faz-se necessário entender o contexto histórico das relações de consumo, bem como os princípios que regem o direito do consumidor, para que possa haver a real compreensão dos motivos que levam a atual busca pela desjudicialização. Será abordado o conceito de desjudicialização e como ela está sendo aplicada no direito consumerista, quais os meios extrajudiciais aplicáveis e a atuação do Procon e do site consumidor.gov.br para a real efetivação desse fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso À Justiça, Desjudicialização, Consumidor, Resolução De Conflito, Meios Alternativos.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Fumece

DIREITO AO ESQUECIMENTO NA SEARA PENAL

LUIZ FILIPE DO VALE SOARES¹
luizfilipedovale@gmail.com

MARCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê, em seu artigo 5º, diversos direitos, dentre eles, implicitamente temos os direitos da personalidade, que é retratado de forma expressa no Código Civil. O inciso X do supracitado artigo, por sua vez, nos assegura a inviolabilidade de nossa intimidade, vida privada, honra e imagem. Após o emblemático julgamento do caso Aída Curi, ocorrido em 11 de fevereiro de 2021, que afirmou ser incompatível com a Constituição o direito esquecimento no direito brasileiro, surge à dúvida se a manutenção dos históricos criminais seria condizente com os preceitos constitucionais. O presente trabalho tem como objetivo a análise do tratamento ao Direito ao Esquecimento na Europa, nos Estados Unidos e principalmente no Brasil. O direito brasileiro tem a previsão da reabilitação criminal, que de maneira resumida visa assegurar ao condenado que já cumpriu integralmente sua reprimenda o sigilo nos seus antecedentes. No mesmo sentido, fatos passados poderão ser analisados em diversos momentos no Direito Penal, influenciando principalmente na análise dos antecedentes e da reincidência. Ocorre que ainda com a reabilitação, fatos passados serão valorados como maus antecedentes, havendo parte da doutrina que discorda de tal posicionamento. Assim, busca-se a análise da possibilidade de apagar dados no Direito Penal.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Penal; Direito Ao Esquecimento; Antecedentes Criminais; Reincidência; Pena.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

DIREITO DE HERANÇA NA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

IZABELLY ELAINY PEREIRA DA SILVA¹
izabellyespsao@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES²
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

O tema deste trabalho está inserido no Direito de Família e das Sucessões, que aborda o problema do reconhecimento da filiação socioafetiva e da geração dos efeitos sucessórios, e enfatiza que a afetividade é um elemento chave para compreender, concretizar e efetivar o direito de herança. O direito de família está sendo reinterpretado com base em valores e princípios. Esse fenômeno causou uma mudança hermenêutica nas relações familiares contemporâneas, potencializando uma nova interpretação do conceito de família e suas instituições. No entanto, por se tratar de um assunto recente e carente de disposições doutrinárias e legais, pretende-se verificar a possibilidade de reconhecer a filiação socioafetiva e subsequente o direito a herança, bem como elencar outros efeitos sucessórios.

PALAVRAS-CHAVE: : Filiação Socioafetiva; Efeitos Sucessórios; Famílias Contemporâneas; Direito A Herança; Reconhecimento.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Universidade de Itaúna

DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE E AUTODETERMINAÇÃO DA MULHER EM GERAR FILHO E NÃO EXERCER A MATERNIDADE: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DO MITO DO AMOR MATERNO

DAYANE GERALDA DA SILVA¹
dayanegesilva@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os aspectos fundamentais sobre a maternidade como um todo e sobre o direito de uma mulher querer ou não ser mãe. A problemática é trabalhada sob a ótica da obra “O Mito do Amor Materno”, da filósofa francesa Elisabeth Badinter. Constituem objeto de análise, questões que envolvem feminismo, igualdade de gênero e maternidade. Busca-se fundamentar, ainda, porque a sociedade em geral acredita e detém a convicção de que pode e, em alguns casos, que até possui o dever, de intervir e decidir sobre as escolhas individuais de seus semelhantes. A pergunta-problema do artigo está voltada para o questionamento de: porque um ser humano se acha no direito de intervir e opinar na vida de uma outra pessoa? Será abordado questões históricas que tendem a fundamentar a atual cultura do machismo e da sociedade patriarcal e pesquisas sobre acontecimentos atuais onde a mulher vem conquistando mais espaço e autonomia ao longo dos anos. Ao longo da construção da pesquisa, nos é questionado sobre o fato da desigualdade de gênero e do tratamento diferenciado que é dado em relação a mulher e ao homem. A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica, conjugada aos ditames da Constituição Federal de 1988 e da legislação vigente no ordenamento jurídico brasileiro. Ao final, considera-se que, mesmo após as diversas conquistas sociais, as mulheres ainda lutam gradativamente por sua liberdade, pelo direito de escolha em relação ao curso de suas vidas e especialmente pela possibilidade de vivenciar ou não a maternidade. Conclui-se também que o desejo pela maternidade está estritamente ligado a aspectos culturais e sociais e quando uma mulher decide sair desse eixo que é imposto pela sociedade, é julgada de uma forma tão bárbara, afetando sua vida de diversas formas.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade; Feminismo; Igualdade De Gênero; Mulheres; Sociedade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUC

**ESTUDO DE CASO: O IMPACTO NA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA DO BAIRRO
ESPLANADA, EM PARÁ DE MINAS/MG, COM A IMPLEMENTAÇÃO DA REURB
(LEI 13.465/2017) NO ANO 2020.**

GIANNI ROGERIO AGUIAR GOMES¹
giannirogerio69@gmail.com

GERALDO LOURENÇO LEITE²
geraldoleite@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre a Lei 13.465/2017, que trata da regularização fundiária urbana e rural (REURB), por meio do qual foi desenvolvido um estudo de caso dos impactos deste instituto na implantação da regularização de imóveis que se encontravam irregulares no bairro Esplanada, localizado na cidade de Pará de Minas/MG. Após uma análise documental, foi apurado que os resultados da implementação da REURB no bairro Esplanada trouxe enormes benefícios para os beneficiários do programa implantado pelo poder público municipal no ano de 2020, proporcionando ainda a atualização dos cadastros das secretarias municipais, para vários fins, além de fomentar toda a cadeia imobiliária em transações futuras. Foi percebido ao final que o ato desenvolvido pelo gestor público municipal nesse sentido foi bastante acertado, pois, proporcionou a estes municípios o direito pleno do exercício de propriedade, garantindo a dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS-CHAVE: Função Social Da Propriedade. Regularização Fundiária. Reur-S

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Santa Catarina

(IM)POSSIBILIDADE JURÍDICA DE RESTABELECIMENTO DO PODER FAMILIAR QUANDO CESSAR OS MOTIVOS QUE DETERMINARAM SUA PERDA

GEYSON MARCELINO PIRES AMARAL¹
geysonpires@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O artigo analisa a impossibilidade jurídica, em razão da ausência de previsão legal, para que os pais destituídos do poder familiar acionem o Judiciário com o intuito de restabelecerem o liame jurídico com a prole, quando as causas determinantes para a sua destituição não mais existam. Por conseguinte, visa-se analisar as hipóteses legais que fundamentam a destituição, a qual exclui o vínculo jurídico existente entre pais e filhos, colocando-os para adoção. Para a pesquisa, foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, comparando as previsões legais e os posicionamentos doutrinários acerca do tema, verificando quais são as divergências entre ambos e quais se enquadram melhor a resolução do tema proposto. A importância jurídica é o preenchimento da lacuna da lei, uma vez que não há norma constitucional e infraconstitucional que permita a reanálise da demanda que foi anteriormente submetida ao judiciário, e, que após algum tempo, os fundamentos não mais correspondem ao analisado na decisão. Ademais, a importância prática é a possibilidade de reanálise e recolocação da prole a sua família sanguínea, respeitando o seu interesse e bem estar. A ausência de previsão legal não é empecilho para o restabelecimento do poder de família, uma vez que o direito pleiteado se encontra amparado pelos princípios do melhor interesse da criança e do adolescente, bem como pela proteção constitucional da família. Então, extrai-se a relevância teórica e prática do tema, pois, permite que a criança não fique à espera de adoção e retorne para a sua família natural.

PALAVRAS-CHAVE: Restabelecimento Do Poder Familiar. Princípio Do Melhor Interesse Da Criança E Do Adolescente. Reintegração À Família Natural. Destituição Do Poder Familiar.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUC

"INNOCENCE PROJECT BRASIL" E O ENFRENTAMENTO DA GRAVE QUESTÃO DOS CONDENADOS INOCENTES NO PAIS

RODRIGO VARELA FRANCO¹
rodrigovarela2702@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO (ORIENTADOR)
francisco.neto@fapam.edu.br

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO (COORIENTADORA)²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho irá mostrar erros históricos do judiciário brasileiro no que diz respeito à questão dos presos inocentes no Brasil e apresentar o “Innocence Project Brasil”, uma ONG que busca meios legais para tentar minimizar tal situação. Para tal perpassar-se-á a história mostrando fatos que entraram para o rol dos casos de pessoas inocentes que cumpriram penas que não eram delas. Será mostrado o quão a ciência é importante para sanar dúvidas e o quanto o sistema judiciário é extremamente falível no que tange à interpretação de leis e também daqueles operadores do Direito e garantidores que estão à frente de todo o processo, desde a abordagem policial até as condenações injustas, fazendo ainda um raio-x de quem são estas pessoas que são presas inocentemente.

PALAVRAS-CHAVE: Presos Inocentes; “Innocence Project Brasil; Sistema Judiciário.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

(IN)VISIBILIDADE EPISTÊMICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

ARIANE RAFAELA DE FARIA¹
arianerfaria@gmail.com

GEOVÁ NEPOMUCENO MOTA²
geova.mota@fapam.edu.br

RESUMO

A população negra carrega em sua história anos de escravidão, discriminação e preconceito. Conquanto já tenham superado diversos obstáculos, percebe-se que ainda há muitas barreiras para se vencer na busca da verdadeira igualdade entre as etnias. Sabemos que ainda subsiste um preconceito velado contra o negro, que continua em sua maioria, às margens da sociedade, com menores chances de obter um emprego importante ou função de estima e até mesmo prestígio social. Tais relatos se confirmam através das estatísticas envolvendo jovens negros. Sabe-se que o povo brasileiro ainda precisa superar todos os preconceitos existentes, e que esta superação só ocorrerá através da transformação pessoal de cada indivíduo, e, em especial, no cuidado na formação das crianças e jovens, que construirão a história do país no futuro. A existência de dispositivos legais que estabelecem sobre as cotas raciais assume papel extremamente significativa, no sentido de minimizar a desigualdade social e a discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: (In)Visibilidade Epistêmica

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Teologia pela FAJE

INQUÉRITO DAS FAKE-NEWS (Nº 4.781) E A FLAGRANTE VIOLAÇÃO DO SISTEMA PENAL ACUSATÓRIO

THIAGO PAULINO DOS SANTOS¹
thiagopaulinos@gmail.com

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

RESUMO: A instauração do inquérito nº 4.781, mais conhecido como “Inquérito das Fake News”, ocorreu por meio de ofício, em março de 2019, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), buscando averiguar e combater notícias fraudulentas, injuriosas, difamatórias e caluniosas contra o STF, seus membros e familiares. Entretanto, essa medida suscita uma dúvida relevante acerca de uma possível violação do princípio acusatório proposto pela Constituição Federal de 1988 (CF/88). Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo apurar a instauração desse inquérito e seus pontos controversos à luz da doutrina e das leis, bem como esclarecer o funcionamento dos mecanismos de investigação em uso pelo STF. Logo, a metodologia utilizada possui cunho teórico e bibliográfico, além de realizar uma análise minuciosa da legislação vigente. Vale salientar que essa temática possui relevância devido ao seu aspecto de segurança jurídica, principalmente, no que diz respeito à ilegalidade da investigação, como uma concentração de poder excessiva nas mãos da Suprema Corte.

PALAVRAS-CHAVE: Fake News. Inquérito 4.781. Inconstitucionalidade. Supremo Tribunal Federal.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A PROBLEMÁTICA ACERCA DA INTERVENÇÃO JUDICIAL COMO FORMA DE EFETIVAR O DIREITO À SAÚDE

MICAELLA MENDES GURSKI¹
micaellagurski25@gmail.com

MARCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O direito a saúde vem ganhando espaço no Poder Judiciário levando em conta a crescente quantidade de demandas propostas envolvendo o tema. Por esse motivo, o presente artigo objetiva analisar as causas da judicialização da saúde e a legitimidade de atuação do Judiciário nessas demandas. Sendo assim, demonstrar-se-á o contexto histórico dos direitos sociais, a ligação do direito a saúde com os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, as modalidades de judicialização, bem como as formas de atuação do judiciário e os benefícios e malefícios que dela decorrem. O texto foi elaborado, principalmente, por meio de pesquisas bibliográficas, abordando entendimentos doutrinários como os de José Afonso da Silva, Ada Pellegrini Grinover, André Médici, dentre outros, e ainda, entendimentos firmados na jurisprudência pátria, bem como, algumas abordagens feitas por pesquisa por amostragem. Diante disso, constatou-se que as decisões judiciais são amplamente voltadas a uma judicialização sentimental, a qual carece de fundamentação técnica acerca dos casos julgados, bem como, tutelam, em sua maioria, direitos subjetivos individuais. Concluiu-se, portanto, que a atuação do judiciário é legítima e necessária, todavia, deve limitar-se a demandas necessárias, que tenham efeitos erga omnes, visto que o direito a saúde é um direito difuso, além de pautar-se em pareceres técnicos emitidos pelos órgãos competentes.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde; Direitos Sociais; Judicialização; Cnj; Brasil.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

LAICIDADE E (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA ANÁLISE CRÍTICA E ISOTÓPICA DO DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE CRENÇA

MATHEUS CAMARGOS DE SOUZA¹
matheuscamargosdesouza@gmail.com

DANIELE APARECIDA GONÇALVES DINIZ MARES²
dadiniz10@gmail.com

RESUMO

RESUMO: São garantidos pelo art. 5º, VI, da Constituição da República, a liberdade de crença e o livre exercício de cultos religiosos, ao passo que em decorrência do dispositivo mencionado, entende-se que o Estado Brasileiro é laico. Embora a previsão constitucional da laicidade, são comuns, atualmente, embasamentos eivados de religiosidade em âmbito público, como em decisões proferidas pelo judiciário. Assim, busca-se responder ao seguinte questionamento: A laicidade prevista na CF permite o exercício isotópico do direito fundamental à liberdade de crença, destacadamente, aos cidadãos pertencentes a grupos minoritários? Existe, ainda hoje, o fenômeno da colonialidade e supremacia de crenças dominantes? Realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e, análise de caso, verificou-se que o exercício isotópico do direito fundamental à liberdade de crença e, por conseguinte, a laicidade prevista na Constituição da República não abrangem de forma efetiva e integral os grupos minoritários, persistindo, ainda hoje, a supremacia de crenças dominantes, razão pela qual foi proposto, com base no multiculturalismo, um diálogo capaz de promover a emancipação do cidadão e a integração de grupos, hoje marginalizados, o que, conseqüentemente, viabilizará a concretização de direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Intolerância Religiosa; Liberdade De Crença; Laicidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

LAICIDADE E (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA ANÁLISE CRÍTICA E ISOTÓPICA DO DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE CRENÇA

MATHEUS CAMARGOS DE SOUZA¹
matheuscsconcurso@gmail.com

DANIELE APARECIDA GONÇALVES DINIZ MARES²
dadiniz10@gmail.com

RESUMO

RESUMO: São garantidos pelo art. 5º, VI, da Constituição da República, a liberdade de crença e o livre exercício de cultos religiosos, ao passo que em decorrência do dispositivo mencionado, entende-se que o Estado Brasileiro é laico. Embora a previsão constitucional da laicidade, são comuns, atualmente, embasamentos eivados de religiosidade em âmbito público, como em decisões proferidas pelo judiciário. Assim, busca-se responder ao seguinte questionamento: A laicidade prevista na CF permite o exercício isotópico do direito fundamental à liberdade de crença, destacadamente, aos cidadãos pertencentes a grupos minoritários? Existe, ainda hoje, o fenômeno da colonialidade e supremacia de crenças dominantes? Realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e, análise de caso, verificou-se que o exercício isotópico do direito fundamental à liberdade de crença e, por conseguinte, a laicidade prevista na Constituição da República não abrangem de forma efetiva e integral os grupos minoritários, persistindo, ainda hoje, a supremacia de crenças dominantes, razão pela qual foi proposto, com base no multiculturalismo, um diálogo capaz de promover a emancipação do cidadão e a integração de grupos, hoje marginalizados, o que, conseqüentemente, viabilizará a concretização de direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Intolerância Religiosa; Liberdade De Crença; Laicidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

LAVAGEM DE DINHEIRO: OS MECANISMOS DE PREVENÇÃO APLICADOS COM A LEI 9613/98

MOISÉS FELIPE RODRIGUES¹
moisesfr77@gmail.com

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

Constitui como objetivo geral da presente pesquisa delimitar e transparecer os mecanismos de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro vigentes no país, haja vista que, hoje, se trata de um assunto de relevância teórica e prática, principalmente no âmbito das instituições financeiras, que desempenham um papel importante na prevenção ao crime de lavagem de dinheiro. Especificamente, estudar-se-á a Lei 9613/98, bem como esclarecer-se-á sobre o que é o crime de lavagem de dinheiro, apresentando como problemática central o seguinte questionamento: qual seria o grau de competência dos mecanismos de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro e como cada cidadão poderá colaborar com a prevenção e o combate a lavagem de dinheiro? A metodologia adotada no presente trabalho será a pesquisa teórico-bibliográfica e documental, mediante a pesquisa em artigos científicos, doutrina, leis e julgados, para a análise crítica do tema-problema ora proposto e para a construção de análises teóricas e interpretativas. O método indutivo foi utilizado para delimitar o objeto da pesquisa, partindo-se de uma concepção macroanalítica para uma visão microanalítica no que atine ao estudo do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Lavagem De Dinheiro. Crimes Financeiros. Gafi. Coaf.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

LEI MARIA DA PENHA PARA MULHERES TRANS E CASAIS HOMOSSEXUAIS

EDUARDO HERMISDORFF DE FARIA¹
dudahermisdorff@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) as mulheres trans e casais homossexuais, grupos vulneráveis, vítimas de violência doméstica. Nesse contexto, aborda-se possível inconstitucionalidade, bem como se propõe soluções interpretativas para o problema. Para tanto, realiza-se uma pesquisa básica, com abordagem qualitativa, de objetivo exploratório, e com delineamento bibliográfico e documental, de modo que fundamente a aplicação igualitária para todas os grupos necessitados de proteção. De forma, que a interpretação extensiva da lei seja concedida e não configure inconstitucionalidade da lei de modo a respeitar o princípio da isonomia.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Maria Da Penha. Lei 11.340/2006. Transexuais. Constitucionalidade

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

LIBERDADE SINDICAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

ELIENE DE OLIVEIRA LOUZADA MARINHO¹
elieneoliveira@ymail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise sobre os sistemas da unicidade, pluralidade e unidade sindical, busca expor as desvantagens da unicidade para os entes sindicais e seus associados, seja para a categoria econômica ou profissional, mas que, no entanto, o sistema é imposto pela Constituição Brasileira de 1988, de forma compulsória, que, contudo, é considerada a mais democrática de todos os tempos. Busca apresentar os benefícios da pluralidade sindical que consta na Convenção 87, porém não sancionada pelo Brasil. Tem como objetivo evidenciar a contradição presente no texto da Constituição Federal de 1988, em seu art. 8º, caput e inciso II, mais especificamente no que se refere a liberdade sindical, pois não é uma liberdade plena, mas sim uma norma restritiva, por impor limites de instalação de um único sindicato da mesma categoria dentro da mesma base territorial. Relata também sobre a importância e influência dos sindicatos, da autonomia dos entes em negociação coletiva, expõe sobre a sua evolução histórica e dos direitos construídos no decorrer do tempo confirmados pela legislação.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Liberdade Sindical; Constituição Federal De 1988; Convenção 087; Unicidade; Pluralidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutorado em Direito pela PUC

MULHERES NO CÁRCERE: A CONSTANTE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E A ÁRDUA BUSCA PELA RESSOCIALIZAÇÃO

ISABELLA LINHARES BARTILIERI¹
isabellabartilieri@hotmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

Desde o início da civilização, o homem cria métodos para punir aqueles que vão contra as normas da sociedade, construindo penitenciárias e casas de internação para os infratores. Entretanto, com o passar dos anos, o encarceramento das mulheres começou a crescer, e essas são inseridas em um sistema carcerário criado para o gênero masculino. O presente artigo tem como finalidade fazer uma análise crítica a respeito do encarceramento feminino no Brasil, a constante violação dos seus direitos, e a árdua busca pela ressocialização das encarceradas, assunto tratado com pouca importância pela sociedade. Por meio de pesquisas bibliográficas em jurisprudências, leis, códigos, doutrinas e repositórios online, discorrerá a respeito das violações dos direitos e garantias fundamentais das mulheres presas e as condições que elas são submetidas quando inseridas no cárcere. Também serão analisados os motivos que acarretam o constante aumento do envolvimento na criminalidade, a possibilidade de prisão domiciliar para as mulheres que estão grávidas, a situação dos filhos que nascem privados de sua liberdade, e o principal: analisa-se a necessidade da conscientização da sociedade, mudanças legislativas e investimento estatal em escolarização e profissionalização das mulheres que se encontram privadas de sua liberdade, como mecanismos para alcançar a finalidade do cárcere: a ressocialização.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Carcerário Feminino Brasileiro; Mulher; Gestante; Filhos; Ressocialização.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

NASCIMENTO PREMATURO DA CRIANÇA E A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE

GABRIEL AUGUSTO RODRIGUES¹
gaugusto16@gmail.com

GIOVANE LOPES CANÇADO MENDONÇA²
giovanelcm@gmail.com

RESUMO

A Constituição da República Federativa de 1988, em seu artigo 7º, inciso XVIII, confere à mulher gestante o direito à licença-maternidade, sem prejuízo do salário percebido e do emprego, com duração de 120 dias. Ocorre que, muitas vezes, com o nascimento prematuro, o bebê precisa ficar internado até alcançar as condições mínimas e necessárias para ganhar alta. Quando isso acontece, em diversos casos, a licença-maternidade concedida à mãe já está praticamente no fim, impossibilitando o acompanhamento no desenvolvimento inicial do seu filho. Assim objetiva-se analisar em quais situações seria possível a prorrogação da licença-maternidade em casos de nascimento prematuro. O Supremo Tribunal Federal entende que o início da licença-maternidade é a data da alta hospitalar e não o nascimento da criança. O tema é atual e relevante, haja vista envolver questão afeta aos direitos fundamentais da gestante e do nascituro. A pesquisa será realizada por meio de revisão bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, observando-se as propostas de alteração da legislação relacionada ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Do Trabalho. Licença-Maternidade. Nascimento Prematuro, Prorrogação Da Licença-Maternidade. Proteção Da Mãe E Do Bebê.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito Empresarial pela UIT

NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E TUTELA PROVISÓRIA: A CONFLUÊNCIA E OS LIMITES SOB O PROCESSUALISMO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO

RINALDO BRANDÃO¹
rinaldo.brandao@yahoo.com.br

CLENDERSON RODRIGUES DA CRUZ²
clenderson.cruz@fapam.edu.br

RESUMO

Não obstante a expressa previsão de negócios jurídicos processuais no revogado diploma processual, com o advento da Lei 13105/15, o instituto ganhou nova feição, eis que não se prende mais a um rol exaustivo de possibilidades negociais no âmbito processual, o que permite aos jurisdicionados, sob a égide do autorregramento da vontade das partes, convencionarem sobre temas diversos dos previstos em lei. Diante desse quadro, mostra-se pertinente o estudo do instituto, com vistas a delinear seus limites legais, doutrinários e jurisprudenciais, mormente em face de um processo constitucional democrático, que se norteia por garantias processuais inafastáveis, trazendo a análise central do estudo para o âmbito das tutelas provisórias.

PALAVRAS-CHAVE: Negócios Jurídicos Processuais; Autorregramento Da Vontade Das Partes; Limites; Tutelas Provisórias.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela PUC

O CENÁRIO BRASILEIRO POSTERIOR A IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS PELA LEI Nº 11.340/2006

ADRIANY APARECIDA DE VASCONCELOS¹
adrianyvasconcelos@gmail.com

FRANCISCO JOSE VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

A Lei 11.340/2006 foi sancionada com o objetivo de prevenir e punir a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, atendendo ao disposto no art.226, §8º, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”, bem como dar cumprimento a diversos tratados internacionais que o Brasil é signatário. É cediço que, na maioria dos casos, a mulher é a parte vulnerável da relação familiar, estando fisicamente em um posição inferior ao homem, necessitando, indubitavelmente, de uma proteção maior, em atenção ao princípio constitucional da igualdade. A crença de que a mulher é propriedade e, desse modo, um objeto, que não tem qualquer livre arbítrio nem valor, não será combatida apenas com uma legislação, pois a punição não consegue mudar a ideologia impregnada nos indivíduos, é necessário que além dos mecanismos da Lei Maria Penha assim como a punição mais rígida do feminicídio sejam articulados com políticas públicas efetivas de combate à violência de gênero, para que seja possível reduzir o número de mulheres vítimas desse mal.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Maria Da Penha. Violência Doméstica. Feminicídio.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

O CONTRADITÓRIO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

MÁRIO VICTOR DOS SANTOS SILVA¹
mvss1978@hotmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O trabalho em questão vai medir o que é mencionado no ordenamento jurídico brasileiro para constatar indícios da prática de autoria e materialidade no Estado Democrático do exercício de direito sob a luz da Constituição federal de 1988. Esta jurisprudência vai ao encontro da análise investigativa dos direitos fundamentais que ultrapassam os limites expostos das garantias fundamentais. Colocam-se soluções que vão conduzir o contraditório mediante comprovação de prova produzida em contrário aos fatos explanados na denúncia e ao julgamento de sentença criminal que condena antes de seu trâmite em julgamento, pois existe a probabilidade de prisão preventiva do investigado mediante sentença proferida pelo magistrado durante a sessão do Tribunal do Júri, para solucionar o caso mediante elementos comprobatórios que trazem transparência a exposição dos fatos que inocentam ou condenam o acusado.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Contraditório. Estado Democrático De Direito. Investigação.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

O DIREITO DE HERANÇA NO CASO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

TAMIRES BARCELOS FONSECA¹
barcelostamires@hotmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA²
sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

A falta de legislação sobre as famílias socioafetivas tem deixado de efetivar o preceito constitucional dos direitos fundamentais. Sob esse enfoque a presente pesquisa busca apresentar os valores da família partindo da premissa que as relações sociafetivas se amoldam a realidade da sociedade, e merecem reconhecimento nos dias atuais, não se pode afastar a necessidade do legislador repensar o texto do Código Civil (BRASIL, 2002) vigente, a fim de se adequar à realidade das novas famílias, criando uma legislação específica para elas, levando em consideração procedimentos que conduzam ao reconhecimento do valor do afeto na relação socioafetiva. Dessa forma, visando evitar danos irreparáveis à criança e à própria família, a solução seria objetivar critérios legislativos específicos para regulamentar as famílias socioafetivas, considerando o princípio da isonomia. Principalmente quanto aos direitos sucessórios, haja vista a isonomia entre filhos biológicos para com os filhos sociafetivos. De maneira geral, esse tratamento está expresso na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no entanto, como se fazer aplica-lo haja vista os filhos afetivos não possuíram nenhuma comprovação de seu vínculo, principalmente aqueles que ainda não possuem em seu assento de nascimento o registro de seu pai afetivo. Diante dessa questão é que se pretende apresentar no presente estudo uma abordagem sobre a filiação socioafetiva e suas questões atinentes e na sequência, descrever os contornos legislativos, hoje aplicados, quanto ao direito de herança referente a paternidade socioafetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Paternidade. Afeto. Sucessão. Legalidade. Garantia Constitucional.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Direito

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

JAQUELINE MARIA CARDOSO FARIA¹
jaqueline33cardoso@gmail.com

MARCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

RESUMO

Através da teoria nascida inicialmente na Colômbia sobre o Estado de coisas inconstitucional, atualmente adotada pelo Brasil e decidida pela Supremo Tribunal Federal em uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, que reconhece o Estado de coisa inconstitucional dentro do Sistema Penitenciário Brasileiro, o presente artigo, vem com finalidade de apontar e discutir sobre a efetividade do ADPF 347, após o deferimento do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal), considerando o contexto político-econômico brasileiro, e a efetividade do cumprimento dos Direitos e Garantias Fundamentais assegurados pela Magna Carta e demais legislações complementares, a fim de aprimorar e regularizar o estado das penitenciárias brasileiras, com foco principal em estudar a legitimidade após o reconhecimento, apontando então se houve ou não mudanças significativas para os encarcerados.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chaves: Estado De Coisas Inconstitucional. Lei De Execução Penal 7.210/1984. Direitos E Garantias Fundamentais E Humanas. Sistema Penitenciário.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

O EXCESSO ESCUSÁVEL DE LEGÍTIMA DEFESA À LUZ DO PACOTE ANTICRIME

VITOR MARTINS FLORES¹
vitormartins08@hotmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

Almeja-se com as investigações ora alavancadas aprofundar-se no instituto da legítima defesa e seus excessos. Para tanto, dissertará sobre os quesitos, finalidade, forma, aplicabilidade jurisprudencial na tentativa de elucidar o objeto cerne e confirmar as hipóteses iniciais da pesquisa. Analisara as propostas oriundas do Projeto de Lei 882.2019, Pacote Anticrime e as que, de fato, foram inseridas no ordenamento pátrio por advento da Lei 13.964/2019. Responderá à problemática se as mudanças inseridas foram efetivas na modificação e aplicabilidade prática do instituto jurídico da legítima defesa, e principalmente, se atingiu a finalidade social almejada.

PALAVRAS-CHAVE: Legítima Defesa; Excessos; Pacote Anticrime; Código Penal.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

O LUGAR DE FALA E O ADVOGADO COM DEFICIÊNCIA VISUAL: ESTUDO ISONÔMICO E DEMOCRÁTICO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

ÌGOR DA ROCHA NUNES¹
igordarocho97@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) traz em si esperanças de melhora no funcionamento do Poder Judiciário brasileiro, em busca da celeridade processual. Entretanto, deve-se estar atento para o fenômeno sem ignorar setores da sociedade que não podem ficar de fora deste salto do meio físico para a era digital. Esse avanço não pode se dar em detrimento dos direitos concedidos às pessoas com deficiência, despojando-as da proteção constitucional. Dessa forma, pretende-se verificar os avanços tecnológicos no sistema eletrônico do Poder Judiciário frente a inclusão processual digital. Indaga-se: Qual o lugar de fala do advogado com deficiência visual no âmbito do PJe? O Processo Judicial Eletrônico viabiliza a acessibilidade adequada e, por conseguinte, a isonomia indispensável à democraticidade do processo? A pessoa com deficiência visual tem singularidades que precisam ser conhecidas e respeitadas e para a garantia de seus direitos, o PJe precisa apresentar mecanismos que garantam que as particularidades de cada indivíduo sejam notadas para a sua aplicação. A falsa aparência de acessibilidade do PJe foge à realidade da rotina de seus processos, e para que os advogados do Judiciário possam desfrutar paritariamente no ambiente laboral, são imprescindíveis medidas de universalização no PJe com adoção de padrões internacionais de acessibilidade. A pesquisa se realizou através da abordagem bibliográfica de caráter documental, fundamentada em autores que defendem o tema proposto, utilizando como fonte subsidiária livros, revistas, produções acadêmicas e sites da internet, cujas reflexões acrescentou-lhe uma característica descritiva para realizar uma análise crítica e epistemológica do Processo Judicial Eletrônico, na perspectiva isonômica e democrática do lugar de fala do advogado com deficiência visual.

PALAVRAS-CHAVE: Processo Judicial Eletrônico; Acessibilidade; Isonomia; Democracia.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUC

O PODER DA MÍDIA E SUA INFLUÊNCIA NO TRIBUNAL DO JÚRI NO CASO DA ISABELLA NARDONI

ARYANE DE ARAÚJO NERI VILAÇA¹
aryanearaujo.v@outlook.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como ideia principal analisar a influência da mídia no Tribunal do Júri no caso da Isabella Nardoni, tendo em vista a referência trazida pela Constituição Federal, aspectos históricos, sociais, midiáticos e de doutrinas jurídicas. Explana-se também acerca da evolução da imprensa no Brasil, aborda-se questões relativas à ética jornalística e faz-se o destaque acerca do sensacionalismo na mídia. Objetiva-se no presente estudo demonstrar o desrespeito do princípio da presunção da inocência pelos meios de comunicações e a sua influência nos julgamentos do processo penal. Para tanto, metodologicamente, a pesquisa consiste em um estudo descritivo, qualitativo, com técnica bibliográfica. A pesquisa mostra que a atuação tendenciosa da mídia interfere no julgamento de crimes, e afronta diversas garantias processuais penais.

PALAVRAS-CHAVE: Tribunal Do Júri; Imprensa; Influência.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

O RACISMO INSTITUCIONAL COMO OBSTÁCULO À APLICAÇÃO EFETIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA BRASILEIRA

VICTOR FELIPE SILVA EVANGELISTA¹
victormotook@hotmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

Com o aumento cada vez mais sobre fatos relacionados ao racismo, mortes, discriminações; O presente trabalho visa, por meio de pesquisas bibliográficas, mostrar que as práticas de atos discriminatórios violam vários direitos fundamentais, como, a ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988 e a vários outros preceitos constitucionais. Todavia, é presumível que tenha racismo infiltrado nos órgãos que compõem o Estado brasileiro, caracterizando-se como racismo institucional. Logo, resta indagar que há racismo dentro do poder judiciário? A priori, é provável dizer que sim. Com isso, tal presença gera vários efeitos negativos sendo um deles a segregação racial decorrente do racismo institucional, bem como, impõe um grande obstáculo ao acesso à justiça, rompendo de maneira explícita do modelo de Estado Democrático de Direito. Tendo em vista que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 expressa que o Brasil seja conduzido e ancorado na democracia. Porém, um dos pilares da democracia é a igualdade. Portanto, tratar de modo desigual certa camada social torna defeituoso tal direcionamento trazido pela Carta Magna de 1988. Entretanto, será demonstrado que o racismo precisa ser erradicado, para que possa se ter verdadeiramente, uma sociedade livre, justa, solidária e efetivamente democrática, na qual todos tenham direitos oportunizados e executados de maneira igualitária, quebrando de vez com a ideia de que a raça ou cor de uma pessoa venha a definir o que ela é.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Racismo Institucional; Democracia; Segregação Racial; Direitos Fundamentais.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

OS ADITIVOS CONTRATUAIS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS E O PRINCÍPIO DA AMPLA CONCORRÊNCIA

FRANCIELY ARAUJO MARTINS¹
fran-araujos@hotmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA²
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo científico tem por objetivo analisar os aditivos contratuais decorrentes do processo licitatório público frente ao princípio da ampla concorrência. O problema central do tema foi verificar se estes aditivos contratuais constituem afronta ao princípio da ampla concorrência que versa a licitação pública, uma vez que quando da apresentação da proposta, o licitante apresentou valor irrisório, sabendo que não conseguiria cumprir com as obrigações pactuadas por aquele valor. Por meio de pesquisa bibliográfica, realizada em doutrinas, jurisprudências e leis, será exposto o que é a licitação, qual a sua finalidade e objetivos, os princípios que versam a licitação, e por fim, os aditivos contratuais. Percebeu-se que os aditivos contratuais em decorrência de fatos não permitidos na lei de licitação, com a justificativa de manter o equilíbrio financeiro, afronta os princípios da ampla concorrência e legalidade, e podem ser considerados como fraude no procedimento administrativo, tendo em vista que foi apresentado um valor, mesmo sabendo que não conseguiria cumprir dentro dos limites. A pertinência e relevância do tema proposto está no debate da forma em que esses aditivos contratuais frustram a ampla concorrência do procedimento administrativo, o qual visa garantir e melhorar a contratação de serviços e/ou produtos para o interesse público.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Administrativo. Licitações Públicas. Modalidades De Licitações. Princípio Da Ampla Concorrência. Fraudes.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela

Faculdade de Direito do Vale do Rio

PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA DE OFÍCIO: UMA CONTRAMÃO AO SISTEMA PENAL ACUSATÓRIO.

VINICIUS FERNANDO SANTOS TENORIO¹
viniciusfernandosantostenorio@gmail.com

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O pacote anticrime (Lei nº 13.694/2019) trouxe a tendência em proibir expressamente a atuação de ofício dos magistrados, introduzindo que o processo penal terá estrutura acusatória, vedando, portanto, iniciativas instrutórias do magistrado, desde a fase de investigação. Neste sentido, constitui como objetivo geral do presente trabalho abordar o tema relativo à decretação de prisão preventiva de ofício pelo magistrado, quando ele recebe a comunicação da prisão em flagrante. Questiona-se se o magistrado pode converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, mesmo sem requerimento do Ministério Público, levando em consideração, apenas, o preenchimento dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal. A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa teórico-bibliográfica e documental, com a observância das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a decretação de medidas cautelares de ofício pelo magistrado, consideradas referenciais lógico-científicos no que tange às análises críticas e teóricas sobre o tema-problema proposto.

PALAVRAS-CHAVE: Pacote Anticrime. Prisão Preventiva. Decretação De Ofício. Sistema Penal Acusatório.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

**PROBLEMATIZAÇÃO DA RETIRADA DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E
COFINS: REPERCUSSÃO GERAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – RE.
574.706**

JORDÂNIA LUÍZA DE PAULA OLIVEIRA¹
jordania.lpo@gmail.com

JOSÉ HENRIQUE RIGHI RODRIGUES²
josehenrique.rodrigues@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade discorrer acerca da (in)viabilidade da restituição dos valores recolhidos indevidamente ao Erário, em razão da incidência do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Em que pese a notoriedade do direito do contribuinte à restituição dos valores, a questão deve ser analisada cuidadosamente, porque, considerando a existência da insegurança jurídica que paira sobre o tema, uma eventual modulação ex tunc poderia causar impacto financeiro nos cofres públicos, ante a importância do interesse social na arrecadação. Insta salientar que, apesar de já terem sido realizados julgamentos isolados acerca do tema, somente no ano de 2017, o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de que, de fato, não poderia haver a incidência do imposto na referida base de cálculo. Considerando o rompimento de um entendimento jurisprudencial histórico, em sede de embargos de declaração, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pugnou pela modulação temporal dos efeitos da decisão ex nunc, a fim de que essa somente produza os seus efeitos após o julgamento do Recurso. Após o decurso de três anos desde a decisão que declarou a inconstitucionalidade da incidência, Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), realizou a inclusão dos embargos para julgamento no dia 29 de abril de 2021. Em que pese não ser possível prever o que plenário do Supremo irá decidir, observando posicionamento adotado em julgado semelhante, acredito que haverá a modulação temporal dos efeitos ex nunc (não retroagidos), a fim de resguardar a segurança jurídica da decisão e assegurando a excepcionalidade do interesse social ao ser realizada a aplicando o princípio da não surpresa.

PALAVRAS-CHAVE: Re Nº.574.706. Não Incidência. Ex Nunc. Restituição. Inviabilidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Público pela PUC

PUBLICIDADE ENGANOSA E AS MANIPULAÇÕES DO MARKETING

PELLIPP AUGUSTO SANTOS URSINI¹
ph.augusto77@gmail.com

JÚLIO MORAES DE OLIVEIRA²
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

As práticas da publicidade tem se desenvolvido cada vez mais, utilizando-se de técnicas de persuasão em conjunto com o marketing, tem chegado pouco a pouco e sutilmente, interferindo no comportamento dos consumidores. Desse modo, possibilitando o consumidor a estar mais desprotegido. Conforme os efeitos que ocorrem através da utilização da publicidade enganosa, os conhecimentos adquiridos através deste artigo têm a intenção de ajudar nas soluções; buscando desse modo, a orientação de futuros consumidores, para que não incorram em erros derivados de artimanhas usados no dia a dia. As redes sociais se tornaram um dos maiores meios de interações e revolucionário método de publicidade e marketing, trazendo tanto a facilidade, quanto a fragilidade nas relações consumeristas. A importância teórica e prática deste tema, situa-se na indagação de novos métodos de prevenção e maneiras mais seguras da realização de consumo. Para o diagnóstico do tema-problema foi utilizado como metodologia a pesquisa teórica-bibliográfica e documental, através de pesquisas em livros, doutrina, jurisprudências, sites e leis, para o levantamento e informações descritas neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Publicidade; Marketing; Consumidor.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Fumece

RACISMO ESTRUTURAL E SELETIVIDADE PENAL: A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA TOMADA DE DECISÕES JUDICIAIS.

LUIZ GUSTAVO SOUZA GABRIEL¹
luizsgabriel@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

Abordar-se-á no presente trabalho a forma como o racismo estrutural foi construído ao longo da história da sociedade contemporânea, apontando-o como tendo sido um dos principais fatores de responsabilidade pela seleção da clientela padrão existente dentro do sistema penal carcerário do país, ao mesmo tempo em que analisará se o avanço tecnológico e a aplicação da Inteligência Artificial como método a fim de alçar maior produtividade na análise e decisão de processos judiciais será capaz de trazer os melhores resultados práticos à uma sociedade constitucional democrática que preza e busca incessantemente pela vigência, bem como aplicação dos direitos e garantias fundamentais nela estipulados.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Seletividade. Inteligência Artificial.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUC

RECONHECIMENTO DA UNIÃO POLIAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

JÉSSICA DE FREITAS SOUZA¹
j.freitaas1994@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar sobre o reconhecimento da união poliafetiva em decorrência do reconhecimento dessas famílias como entidade familiar no ordenamento jurídico brasileiro. Diante de uma sociedade de costumes tradicionais, a mais nova constituição familiar, qual seja a família poliafetiva, é vista com muito preconceito. Os argumentos mais frequentes sobre o tema é que os mesmos influenciariam a orientação sexual da criança e adolescente, ou na forma deles conduzirem as relações no futuro. Além disso, os mesmos seriam vistos pela sociedade com a figura de dois pais e uma mãe, ou três mães, entre outras diversas formas de constituir família poliafetiva, havendo possibilidade da criança sofrer severas discriminações. Mas a Constituição Federal de 1988 impõe a observância dos princípios da dignidade da pessoa humana e da isonomia. Desta forma, garante como direito fundamental de que todo ser humano deve possuir vida digna sem discriminação. Não pode existir entendimento ou legislação que desfavoreça as famílias poliafetivas, tendo em vista as previsões constitucionais de igualdade, dignidade da pessoa humana e liberdade. Na tentativa de apresentar o tema, será feita uma pesquisa bibliográfica nos doutrinadores que traçam a respeito do tema frente a essa nova realidade da sociedade, buscando os entendimentos mais recentes sobre assunto para melhor garantir o conhecimento do leitor.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Poliamor; Poliafetivo; Dignidade Da Pessoa Humana; Isonomia; Família.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUC

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL - LEI 13.465/17

MARTHA BANDEIRA¹
marthabandeira8@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES²
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as principais modificações determinadas pela Lei Federal 13.465/2017 em relação à regularização fundiária urbana e rural. Os problemas acerca da regularização fundiária no Brasil sempre existiram, mas com o passar do tempo têm se agravado, devido principalmente às desigualdades sociais, que obrigam as pessoas em situação financeira precária a ocuparem ilegalmente os espaços, principalmente urbanos. No entanto, a regularização fundiária não se restringe somente à garantia de moradia e definições de posse e propriedade, envolvendo questões como proteção ambiental, urbanização, saneamento básico, dentre outros. A referida Lei traz inovações, como o Direito Real de Laje e ocupação da floresta Amazônica, além de aprimorar definições constantes nas legislações anteriores. Para se alcançar o objetivo Proposto optou-se pela metodologia de pesquisa bibliográfica seguida de revisão bibliográfica. Ao final do estudo, concluiu-se que tal legislação trouxe alguns benefícios, como maior acesso da população menos favorecida à terra urbanizada, com garantia de saneamento básico e mobilidade urbana; facilidade para resolução extrajudicial de conflitos e concessão do título referencialmente para mulheres. No entanto, trouxe também várias falhas e limitações, como aquisições de terras Da União na Amazônia Legal, facilitando a ocupação ilegal inclusive por grupos desmatadores, Dentre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Regularização fundiária; Lei Federal 13.465/2017; propriedade; posse.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Universidade de Itaúna

RUMO A UM NOVO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DOS INSTITUTOS CONSENSUAIS NO DIREITO BRASILEIRO

AGENOR JOÃO LUCENA MARTINS¹
agenormartinsl@hotmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O Processo Penal, como todas as demais áreas do direito, sofre mudanças de forma constante. No Brasil, a cada ano que passa há um cuidado ainda maior da forma em que é conduzido o processo penal, com a observância de todas as garantias constitucionais para que não exista nenhum tipo de abuso de direitos por parte do Estado. Este trabalho tem como objetivo a análise de institutos consensuais penais aplicados em alguns países da Europa, nos Estados Unidos e os principais meios de negociação penal usado no Brasil. O direito brasileiro, de origem romano-germânica, possui um sistema civil law, contudo, os meios consensuais possuem uma origem distinta, pois vem do sistema common law. Nos Estado Unidos, a negociação dentro do processo penal é feita de uma forma ampla, negociando tanto a pena quanto em qual crime será feita a denúncia. Em solo brasileiro, o consenso tem um formato diferente, pois há certos requisitos que devem ser preenchidos para que possibilite a transação. Como a pena é aplicada sem que haja uma instrução probatória, parte da doutrina avalia de forma negativa a renúncia a direitos processuais fundamentais e dissertam no sentido de que o consenso possui um caráter coercitivo. No momento do aceite o investigado abre mão do processo seguir da forma devida, contudo, não há imposição, mas sim uma negociação entre as partes. Analisa-se, portanto, a utilização dos institutos consensuais penais no direito brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Processo Penal; Juizado Especial; Ministério Público; Transação Penal; Princípios Processuais.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

SISTEMA CARCERÁRIO PARA MÃES E GESTANTES

DAIANY CAROLINE ALVES DA SILVA¹
moratodaiany@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO (ORIENTADOR)
francisco.neto@fapam.edu.br

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO (COORIENTADORA)²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O sistema penitenciário feminino apresenta problemas recorrentes no que se refere à infraestrutura, apoio a gestante e aos filhos, de modo que as mães possam desfrutar de condições básicas de apoio que vão desde berços a espaços preparados para mãe e filho. Sabe-se que o Estado deve assegurar os direitos da criança, gestante e mães em dependência do sistema carcerário os direitos a saúde física e psíquica, bem como a dignidade. Visto esta problemática estrutural bem como de suporte e amparo as mães em cumprimento de pena, esse trabalho foi fundamentado na Constituição Federal Brasileira, na Lei de Execuções Penais, Lei da Maternidade no Cárcere, Lei da Primeira Infância e demais legislações como forma de discutir pontos apresentados nestas que trazem seguridade as mulheres encarceradas quanto ao convívio e criação de seus filhos desde a fase gestante a primeira infância da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Carcerário. Maternidade. Gestação. Direito. Infância

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: A NOVA FORMA DE TRABALHO DO SÉCULO XXI E SUA CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

WENDER ANDRADE VIANNA¹
wenderandrade149@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO (ORIENTADOR)
francisco.neto@fapam.edu.br

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO (COORIENTADORA)²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

Constitui como objetivo geral deste trabalho estudar o problema gerado pelo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração. A relevância teórica e prática do estudo do tema reside no fato de que se trata de um problema contemporâneo, cujas extensões são exorbitantes, sendo considerado uma modalidade de escravidão contemporânea, ou, pelo menos, submete as vítimas a condições análogas as da escravidão. A pergunta-problema que será abordada é a seguinte: as estratégias nacionais e locais de enfrentamento do tráfico internacional de pessoas têm se mostrado efetiva no combate ao referido crime? O trabalho trará como enfoque a Convenção de Palermo e as legislações internas e internacionais que lidam com o tema, bem como as formas de enfrentamento efetivadas a partir de políticas públicas interdisciplinares. A metodologia adotada foi a pesquisa teórico-bibliográfica e documental, consideradas referenciais lógico-científicos para a construção de análises teóricas e críticas no que atine ao estudo do tema-problema.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico Internacional De Pessoas; Exploração; Direitos Humanos; Direito Internacional.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Filosofia pela FAJE

SAÚDE DO HOMEM: DESAFIOS E DIFICULDADES ENFRENTADOS POR HOMENS PARA ADENTRAREM NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA / GENESON FRANCISCO DE SOUSA¹
carlos.eduolliveira@yahoo.com

WESLEY SOUZA CASTRO²
wesley.castro@fapam.edu.br

RESUMO

No decorrer dos anos, as ações de saúde vêm evoluindo e buscando melhorias para uma maior qualidade de vida das pessoas. Porém, essas melhorias não atribuíam a nenhum programa voltado à promoção e prevenção à saúde da população masculina. A baixa procura aos serviços de saúde e dificuldades na inserção contribuíram para um aumento no índice de mortalidade desta população. Ao longo de décadas esse problema vem se repetindo constantemente. Sobre essa ótica, o Ministério da Saúde (MS) criou no ano de 2009 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), que tem como o propósito implantar melhorias voltadas para prevenção e promoção da saúde masculina, buscando sempre a inserção do homem na atenção primária de maneira continuada para evitar problemas que levam à piora da saúde e redução da morbimortalidade. Com isso, propusemos a realização deste trabalho com o objetivo de identificar, por meio da pesquisa literária, as dificuldades e obstáculos encontrados pelos homens para adentrarem nos serviços de Atenção Básica à Saúde, pesquisa esta norteadas pelos seguintes questionamentos: dentre as causas e motivos do aumento na taxa de mortalidade masculina, quais patologias mais atingem o homem? Qual a lei que favorece a promoção e prevenção e o autocuidado da população masculina? Os dados foram coletados por meio das seguintes bases de dados: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) via Public Medline (PubMed), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram encontrados 741 artigos, selecionados 31 obras, nas quais foram analisadas na íntegra e inclusas no referencial teórico deste trabalho. Diante da revisão bibliográfica foram identificados diversos motivos e obstáculos pelos quais a inserção do homem nos serviços básicos de saúde é dificultada, dentre eles as questões de gênero, a vergonha e a carga horária incompatível com a da UBS, visto que a implementação da PNAISH ainda não está ao alcance de toda população e que seus princípios e diretrizes ainda estão longe de serem alcançados, evidenciando que a saúde da população masculina ainda precisa de amparo.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Do Homem. Enfermagem. Unidade Básica De Saúde.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestrado em Enfermagem pela UFMG

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE À PANDEMIA COVID-19 NA ATENÇÃO BÁSICA DE SÃO JOSÉ DA VARGINHA-MG

JUNIA LIBÉRIA DE FARIA MARIA LUCIANA DOS SANTOS¹

junialiberia30@gmail.com

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA²

guilherme.costa@fapam.edu.br

RESUMO

A síndrome respiratória aguda grave causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) foi declarada em 30 de janeiro de 2020 uma emergência de saúde pública de importância internacional e, sendo caracterizada como uma pandemia em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Ela tem se mostrado como um dos maiores desafios sanitários em escala mundial do século XXI. Neste contexto, com a crise desencadeada pela pandemia de Covid-19 é possível perceber a relevância dos profissionais de saúde, bem como tem evidenciado o seu protagonismo em suas diversas categorias, dentre elas, a enfermagem. Ademais, a atuação dos profissionais de enfermagem na Atenção Básica à Saúde deve ser considerada um importante pilar defrente às ocorrências emergenciais, sendo também um fato que a Atenção Primária de Saúde (APS) pode ser uma porta de entrada para os pacientes suspeitos e/ou diagnosticados com Covid-19. Desse modo, este trabalho possui como objetivo descrever e ressaltar o papel e a importância do enfermeiro durante a pandemia na APS, os desafios e as adaptações por eles enfrentados para desempenhar ações de proteção e auxílio dos indivíduos que se apresentam a unidade em busca de atendimento. Nesse viés, a metodologia utilizada foi uma revisão sistemática de literatura, bem como uma pesquisa qualitativa por meio de uma pesquisa de campo na Atenção Básica de São José da Varginha – MG, em busca de respaldos claros e vívidos desta realidade pandêmica para o enfermeiro, principal responsável pela organização e garantia do fornecimento dos serviços nas APS.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária À Saúde. Covid-19. Enfermagem. Relevância. São José Da Varginha.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Biotecnologia pela Universidade Federal de São João Del Re

A REALIDADE DO ENFERMEIRO FRENTE ÀS VÍTIMAS DE AUTOEXTERMÍNIO

KESLEI JUNIO PEREIRA E RAFAELA EVELYN SILVA¹
tccenfermagem.rk@gmail.com

MARLENE SANTOS RIOS CASTRO²
marlene.castro@fapam.edu.br

RESUMO

Falar sobre suicídio é sempre um tabu, seja nas rodas de conversa, nos serviços de saúde, ou até mesmo nas escolas e universidades. Considerado um transtorno mental, o suicídio é decorrente de inúmeros fatores de risco e, por isso, é de grande importância a atuação humana e qualificada na sua prevenção. Nas unidades de urgência e emergência o enfermeiro presta assistência às vítimas e enfrenta alguns estigmas perante a este paciente. Este enfermeiro deve atentar-se que cada vítima traz consigo uma realidade ímpar e, portanto, é necessário atuar de acordo com a particularidade de cada vítima para que a assistência prestada auxilie na sua recuperação e ressocialização no meio em que vive. O presente estudo tem como objetivo analisar o papel do enfermeiro no atendimento às vítimas que passaram por tentativa de autoextermínio proporcionando uma compreensão da importância do papel do profissional neste acolhimento. Trata-se de uma pesquisa de método quantitativo e caráter exploratório. Buscou-se publicações científicas, pelo site Scientific Electronic Library Online (SciELO), monografias, livros, cadernos e cartilhas do Ministério da Saúde, Leis do Conselho Federal de Enfermagem, Google Acadêmico, BVS, LILACS. Um questionário estruturado foi aplicado aos enfermeiros da UPA 24h de Pará de Minas, estado de Minas Gerais contendo 17 questões. Notou-se que a falta de capacitação por parte dos profissionais de enfermagem aos pacientes com comportamento suicida pode gerar um atendimento de forma inadequada. O enfermeiro deve estar atento à qualidade do serviço que é prestado sabendo que quanto melhor for o atendimento melhor será a resposta e o prognóstico do paciente, a fim de evitar recidivas.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem. Suicídio. Tentativa De Autoextermínio.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista Em Segurança do Paciente pela Fiocruz

ACOLHIMENTO E COMUNICAÇÃO NÃO VILONETA AO PACIENTE

KÉSSIA CRISTINA DA SILVA E JOANA DARC ALVES SILVA¹
kessia-71@hotmail.com

SILVIA VALADARES DUARTE²
silvia.duarte@fapam.edu.br

RESUMO

A demanda de usuários nos serviços de saúde tem aumentado significativamente, o que frequentemente gera descontentamento em virtude da forma como é acolhido e também tempo de espera para o atendimento. Este trabalho propõe uma reflexão e modificação das maneiras de prestar a assistência, pois questiona a clínica assistencial no trabalho em saúde, os padrões de cuidado e gestão e o acesso aos serviços, com o objetivo principal de reforçar a importância do acolhimento e comunicação não violenta, como estratégia fundamental de assistência humanizada de enfermagem. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório que fez uso de um questionário com perguntas estruturadas, levantando uma discussão voltada para a assistência e a comunicação não violenta. As informações foram colhidas junto aos enfermeiros do município de Pará de Minas e os relatos foram transcritos e analisados nesta pesquisa. A partir daí foi possível verificar a eficácia do sistema de acolhimento e comunicação não violenta e concluir que as formas de acolhimento humanizado, com comunicação não violenta, mas sim efetiva, são os pilares da assistência.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento. Comunicação Efetiva. Humanização.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Urgência Emergência e Trauma pela PUC

ALEITAMENTO MATERNO :CAUSAS EVITÁVEIS DO DESMAME PRECOCE

TALITA AUGUSTA FRANÇA¹
talitaaugustaf Franca@gmail.com

MARCELA MAIA SANTOS SILVA²
marcela.silva@fapam.edu.br

RESUMO

O aleitamento materno, além de nutrir a criança, tem vantagens para a mãe e para a família e, mesmo com todas essas vantagens, o desmame precoce ainda acontece. Portanto, as causas evitáveis devem ser mais bem discutidas e apresentadas aos profissionais da área, estudantes e gestantes, a fim de deter o desnecessário desmame precoce. Para tal, este trabalho tem como principal objetivo apresentar as principais causas evitáveis do desmame precoce do aleitamento materno. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura embasada em 25 artigos, publicados no idioma português entre os anos de 2018 e 2021, estudos estes que tratassem a temática e combinassem os descritores e estudos na íntegra. Estudos científicos mostram que dentre as causas do desmame estão a falta de informação da mãe sobre sua própria importância, o mal acompanhamento durante o pré-natal, o uso de chupetas e bicos, e o retorno da mulher ao trabalho. Conclui-se que o desmame ocorre ainda de uma forma muito desnecessária, sendo que os profissionais de saúde, como por exemplo, os enfermeiros, precisam de uma melhor qualificação para que consigam intensificar ações para a promoção do aleitamento materno

PALAVRAS-CHAVE: Aleitamento Materno , Desmame

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Assistência de Enfermagem Obstétrica pela Santa Casa BH

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM: CUIDADOS PALIATIVOS PERANTE IDOSO INSTITUCIONALIZADO

CRISTIANE CONCEIÇÃO SANTOS DE OLIVEIRA, LARISSA BIANCA CARVALHO, SUELLEN SILVA RIBEIRO¹
susuribeiro02@gmail.com

WESLEY CASTRO DE SOUZA²
wesley.castro@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a perspectiva, por meios de referências bibliográficas, a assistência de enfermagem nos cuidados paliativos ao idoso institucionalizado mediante seus direitos e perante a legislação e a Política Nacional a Saúde do Idoso. Trata-se de uma revisão de literatura qualitativa orientada pelos seguintes itens: apresentar a dinâmica da assistência de enfermagem; ofertar informações sobre os cuidados paliativos para os indivíduos envolvidos na situação e, apurar os conhecimentos teóricos e práticos dos profissionais de enfermagem em relação à assistência de enfermagem prestada aos idosos institucionalizados em cuidados paliativos. Os dados foram coletados por meio de buscas nas bases de dados eletrônicas MEDLINE via PubMed, Literatura Latina Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Índice Bibliográfico Espanhol de Ciências da Saúde (IBECS) e leis, utilizando os seguintes descritores: saúde do idoso, assistência de enfermagem, cuidados paliativos e institucionalização. Foram encontrados 409 documentos em referência ao tema, dos quais 30 foram selecionados para análise íntegra e inclusão no referencial teórico deste trabalho de conclusão de curso. Perante o estudo realizado, em especial no que se refere aos cuidados paliativos, neste sentido, a World Health Organization – WHO (2004), sabendo-se que o crescimento demográfico do extrato populacional de idoso é uma realidade em todo o mundo e no Brasil, considera-se relevante a preocupação com esse grupo, porque, em geral, são pessoas acometidas por doenças crônicas não transmissíveis que as levam a condições de cronicidade. Fonseca et al (2012) diz que tais condições podem tornar os idosos fragilizados em virtude da associação entre o adoecimento crônico e as alterações próprias da senescência, embora o avanço tecnológico somado aos conhecimentos e competência dos profissionais no tratamento, em alguns casos, não modifique a condição determinada pelo adoecimento. Emerge, então, a possibilidade do processo de morte e morrer, mantida no imaginário da pessoa idosa e do familiar. Contudo ao abordar cuidados paliativos em ILPI's, depara-se com pouco conteúdo publicado, além de ser uma temática polêmica por envolver a superação de preconceitos, reconhecimento e aceitação da morte.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência De Enfermagem. Cuidados Paliativos. Saúde Do Idoso

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestrado em Enfermagem pela UFMG

ASSISTÊNCIA HUMANIZADA AO PARTO

DÉBORA APARECIDA MARIA DA SILVA - IZABELA SANTOS NASCIMENTO- JULIANA
AUGUSTA DA SILVA MORAIS¹
izasantoss128@gmail.com

MARCELA MAIA SANTOS SILVA²
marcela.silva@fapam.edu.br

RESUMO

Humanização da assistência é um conceito bastante diversificado que se refere às propostas de mudanças nas práticas de trabalho de parto e parto de modo que seja respeitada a individualidade das mulheres, colocando-as como protagonistas, e seja oferecida uma assistência adequada, livre de intervenções desnecessárias. Nesse contexto, objetivou-se investigar quais os benefícios do parto humanizado assistido pela enfermagem obstétrica. Para tal foi realizada uma revisão integrativa a partir da busca de artigos pelo portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) através dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): “Enfermagem Obstétrica” e “Parto Humanizado”. Foram selecionados e explorados 26 artigos em português publicados entre janeiro de 2017 a junho de 2021. A partir da literatura analisada pode-se concluir que a enfermagem obstétrica garante assistência humanizada ao parto. A adoção de métodos não farmacológicos de alívio da dor, redução da violência obstétrica, utilização de tecnologias não invasivas de cuidado, promoção de autonomia e estímulo ao autocuidado, redução da morbimortalidade materna e perinatal, resgate sobre a fisiologia, dentre outros, são benefícios do parto humanizado assistido pela enfermagem obstétrica.

PALAVRAS-CHAVE: Parto Humanizado. Enfermagem Obstétrica.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Assistência de Enfermagem Obstétrica pela Santa Casa BH

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO COMO PROFISSIONAL LIBERAL: A AUTONOMIA NAS ÁREAS DE ESTÉTICA, HOME CARE E TRATAMENTO DE FERIDAS.

DÉBORA CHRISTINA CHAGAS MORAIS E THAÍS STEPHANY DOS SANTOS¹
debora.christina10@gmail.com

EDNEI MAGELA DUARTE²
ednei.duarte@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar para os profissionais graduados e graduandos de enfermagem uma visão ampliada acerca da atuação do Enfermeiro autônomo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e descritiva orientada pelo seguinte questionamento: Como o enfermeiro pode atuar como profissional autônomo nas áreas de enfermagem estética, home care e tratamento de feridas? Realizou-se levantamento de literatura científica nas bases de dados Scientific Electronic Library Online - Scielo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES, Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - LILACS e Biblioteca Virtual da Saúde - BVS Enfermagem, em bibliotecas online de universidades nacionais e internacionais e periódicos relacionados à Enfermagem. Para isso, foram usadas os descritores: “empreendedorismo”, “empreendedorismo em enfermagem”, “empreendedorismo feminino”, “mercado de trabalho”, “enfermagem estética”, “tratamento de ferida”, “atendimento domiciliar”, “home care”, “enfermeiro autônomo”, e “perfil empreendedor”. Os critérios de seleção e inclusão dos materiais foram: disponibilidade dos mesmos na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, abordagem referencial ao tema proposto, e ano de publicação, sendo de 2011 a 2021. Diante da análise realizada, conclui-se que existe uma visão sobre o profissional de enfermagem em que este pode apenas trabalhar em ambientes hospitalares. A ação de empreender se aplica à vários segmentos do conhecimento humano, entre eles, a enfermagem. O profissional descrito tem aumentado e inovado a execução de sua profissão ao idealizar iniciativas empreendedoras baseadas nas necessidades e oportunidades do mercado de trabalho. Consequentemente, o enfermeiro tem a autonomia para trabalhar como profissional liberal em diversas áreas, entre elas, estética, atendimento domiciliar e tratamento de feridas, as quais foram descritas no trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo Em Enfermagem. Mercado De Trabalho. Enfermagem Estética. Atendimento Domiciliar. Tratamento De Feridas.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Administração pela Faculdade de Pedro Leopoldo

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FORENSE FRENTE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

NILDA LIBÉRIA RIOS CAMPOS¹
nildarios71@gmail.com

EUNAIHARA LÍGIA LIRA MARQUES²
eunamarques@yahoo.com.br

RESUMO

O estudo enfatiza a Enfermagem Forense, uma área de atuação do profissional enfermeiro ainda pouco conhecida e discutida aqui no Brasil. O campo de atuação do Enfermeiro Forense ocorre nos locais mais diversos, desde Hospitais a Tribunais de Justiça. Sendo que a função primordial é agir de forma imparcial e prestar atendimento minucioso nos mais diversos tipos de violência, bem como trabalhar na coleta de vestígios tanto na vítima quanto no agressor. Portanto, o artigo tem como objetivo compreender a atuação do enfermeiro forense frente ao atendimento às vítimas de violência doméstica no atendimento de urgência, bem como em Unidades de Saúde Básica. Para alcançar tais objetivos, buscou-se realizar um levantamento bibliográfico em fontes diversas de disponibilidade pública. Sabe-se que a violência no âmbito doméstico tem aumentado consideravelmente e tem se tornado um problema social. Desse modo, torna imprescindível a atuação de uma equipe multidisciplinar, o que cabe atuações específicas de cada profissional. Sendo sem dúvidas um tema e debate bastante necessário nos tempos atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem Forense. Unidade Básica De Saúde. Violências. Violência Doméstica

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Psicologia pela UFMG

COBERTURA VACINAL DE ROTINA EM CRIANÇAS DE ATÉ UM ANO: UM MAPEAMENTO NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS NO PERÍODO DE 2018 A 2020 PARÁ DE MINAS/MG 2021

TAIS DE JESUS OLIVEIRA SANTOS¹
taisccb403@gmail.com

JULIANA ALMEIDA MENEZES MOREIRA²
juhamenezes@gmail.com

RESUMO

Com a descoberta das vacinas, uma queda significativa dos índices de doenças altamente infecciosas ocorreu, conseqüentemente a erradicação de doenças imunopreveníveis. No Brasil, desde a Revolta da Vacina no século passado, muitas repercussões aconteceram sobre as estratégias de vacinação, seja de rotina ou campanhas, no qual se destaca o direito coletivo em detrimento do individual. Com a erradicação da varíola, deu-se impulso a criação do Programa Nacional de Imunização - PNI, criado pelo Ministério da Saúde em 1973, que visa o combate e controle de doenças infectocontagiosas, tendo como meta atingir 100% de cobertura vacinal em crianças menores de um ano de idade. A imunização causa grande impacto social, principalmente tratando-se da imunização infantil, devido ao fato de ser um grupo vulnerável a todas as doenças, e que depende de seus responsáveis para efetuação da vacinação em dia. Por isso, os pais devem receber as corretas informações do calendário vacinal preconizado pelo Ministério da Saúde. Devido a algumas quedas recentes na cobertura vacinal no território brasileiro, ocasionadas por desinformação e grupos antivacinas, surge o interesse de investigação no município. O objetivo geral deste estudo visou analisar a cobertura vacinal em crianças de até um ano, no município de Pará de Minas no período de 2018 a 2020. Para o alcance do objetivo, o estudo buscou apresentar a cobertura vacinal por imunobiológico e discutir os índices da cobertura no triênio 2018 a 2020. Trata-se de um estudo quantitativo, baseado na coleta de dados secundários por meio da Plataforma de Tabulação do SI-PNI TABNET e Departamento de Informática do SUS - DATASUS, sendo a população alvo, crianças de até um ano. Observa-se então que o município apresentou uma redução na cobertura vacinal nos últimos anos, fato que pode estar relacionado também com as contínuas trocas de sistemas de registros do município ou a desinformação espalhada na sociedade. Verificou-se discrepância de valores percentuais, ocasionando uma dúvida sobre os reais motivos da queda de cobertura no município, devido a essa inconsistência do sistema. Isso remete a importância de capacitação contínua da equipe de enfermagem nas salas de vacina, para enfatizar a necessidade de digitação ininterrupta, sendo necessário enfoque cada vez maior de estratégias que direcionem as intervenções para o alcance na cobertura vacinal preconizada.

PALAVRAS-CHAVE: Imunização. Crianças. Cobertura Vacinal.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Enfermagem pela UFSJ

CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL INSERIDOS NO CAPS

FRANCIELE DUTRA ALVES, RAFAELA MARÍLIA DA SILVA¹
francieledutra35@gmail.com

JULIANA ALMEIDA MENEZES MOREIRA²
juhamenezes@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo retratar a percepção dos profissionais de enfermagem acerca da assistência prestada aos usuários no Centro de Atenção Psicossocial em transtornos mentais, além de identificar pontos facilitadores e dificultadores na assistência. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica com a temática cuidados de enfermagem em saúde mental inseridos no CAPS. A atuação da enfermagem nos CAPS foi fator determinante não somente para a mudança na percepção dos profissionais de enfermagem sobre transtorno mental, como também despertou a necessidade de buscar conhecimento para atuação. Dentre os fatores que dispararam como dificultadores para a atuação da enfermagem no atendimento psiquiátrico, discutiu-se a questão da escassez de conhecimento de conteúdo na formação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidados De Enfermagem. Enfermagem Psiquiátrica. Saúde Mental.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Enfermagem pela UFSJ

CUIDADOS PALIATIVOS EM ONCOLOGIA PEDIÁTRICA

DANIELE CRISTINA RIBEIRO E ROBSON GERALDO DA SILVA¹
danielecristinaribeiro73@gmail.com

SILVIA VALADARES DUARTE²
silvia.duarte@fapam.edu.br

RESUMO

O número de diagnósticos de câncer infanto-juvenil no Brasil vem crescendo de modo significativo nos últimos anos. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva INCA, a estimativa para o período de 2020 a 2022 é de aparecimento de 8.460 novos casos de câncer por ano em crianças abaixo de 19 anos que é a taxa etária pediátrica. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo entender como os profissionais de saúde podem atingir, de forma positiva, o psicológico da criança e da família para amenizar o sofrimento do processo da doença que muitas vezes atemoriza os que são acometidos por ela e os que estão por perto. Para isso, foi realizado um levantamento utilizando as principais bases de dados científicas abordando os aspectos históricos de evolução e tratamento, a importância da enfermagem no acompanhamento do paciente no processo da doença. O estudo permitiu alcançar a compreensão de que ainda se faz necessária a ampliação da discussão sobre os cuidados paliativos em oncologia pediátrica devido à grande insegurança dos enfermeiros em cuidar de uma criança com câncer. Neste sentido faz-se necessário utilizar estratégias para minimizar os impactos causados pela doença tanto na criança e família, bem como na equipe de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer Infantil. Oncologia Pediátrica. Cuidados Paliativos.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Urgência Emergência e Trauma pela PUC

DEPRESSÃO NO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM: REFLEXOS DO DIA A DIA

REGIANE CAMARGOS DE CARVALHO¹
regiane_camargos@outlook.com

MARLENE SANTOS RIOS CASTRO²
marlene.castro@fapam.edu.br

RESUMO

Os profissionais da enfermagem estão propensos a inúmeros riscos psicológicos, estando a depressão entre os que mais se manifestam. Acredita-se que isso ocorra em consequência de diversos fatores, sendo os que mais se evidenciam: o fato de estarem em constante contato com as mais diversas complicações de saúde e a jornada de trabalho quase sempre exaustiva, aliada aos conflitos pessoais. Desta forma, estudos e debates têm sido realizados em torno do tema depressão na enfermagem, sendo esta enfermidade observada como consequência do esgotamento emocional e físico desses profissionais. Diante do contexto, o objetivo desta pesquisa foi identificar e descrever os fatores que desencadeiam depressão em profissionais da enfermagem, bem como analisar o impacto e reflexos da doença que influem em seu dia a dia profissional e pessoal, e, ainda, apontar medidas preventivas da depressão na equipe de enfermagem. Trata-se de uma revisão de literatura, na qual foram pesquisados livros e artigos científicos referentes ao tema. O delineamento temporal foi definido entre os anos de 2010 a 2020. Espera-se que os resultados aqui obtidos levem informações ao universo acadêmico e a profissionais de enfermagem, proporcionando o melhoramento do conhecimento científico sobre a importância de atentar-se para os sintomas de estresse, buscando ajuda precoce, evitando que o esgotamento se torne depressão, e também que sirvam como incentivo para a realização de novas pesquisas relacionadas ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Enfermagem. Depressão. Saúde Mental.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista Em Segurança do Paciente pela Fiocruz

**EFEITO DOS HORMONIOS SINTETICOS NO FIGADO E NOS RINS:A
IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NA ORIENTAÇÃO DIANTE DO USO
INDISCRIMINADO DESSES HORMÔNIOS:A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM
NA ORIENTAÇÃO DIANTE DO USO INDISCRIMINADO DESSES HORMÔNIOS: A
IMPORTANCIA DA ENFERMAG**

ANA EDUARDA SIMÃO PESSOA¹
apessoa2522@gmail.com

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA²
guilherme.costa@fapam.edu.br

RESUMO

Neste estudo, trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva com o objetivo de estudar o uso indiscriminado dos hormônios sintéticos, tendo como objetivo principal de abordar os impactos nefrológicos e hepáticos devido a esse uso. Destaca-se o uso, para fins estéticos, como os anabolizantes e esteroides, métodos contraceptivos como os anticoncepcionais e, os hormônios de reposição utilizado por mulheres no período do climatério como Terapia de Reposição Hormonal - TRH. O estudo aponta a falta de informação como um dos problemas principais em relação ao uso desses hormônios utilizados inadequadamente, sem as devidas orientações de profissionais capacitados, causando, dessa forma, vários efeitos maléficos e, até algumas doenças, como foi explicitado no decorrer deste trabalho. Destacando o enfermeiro como um profissional da saúde plenamente qualificado, considerando sua capacidade de analisar o indivíduo em sua totalidade e compreender os impactos fisiopatológicos que o uso desses fármacos pode acarretar quando não utilizados corretamente e para os objetivos biologicamente necessários.

PALAVRAS-CHAVE: Hormônios Sintéticos. Anabolizantes. Anticoncepcional. Menopausa. Rins. Fígado. Enfermagem.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Biotecnologia pela Universidade Federal de São João Del Re

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: ESTUDO DOS ÍNDICES NA CIDADE DE PARÁ DE MINAS

FABIANA SOARES DA SILVA/ MARIANA MARTINS DOS REIS¹

Fabianasoares2837@gmail.com

SILVIA VALADARES DUARTE²

silvia.duarte@fapam.edu.br

RESUMO

A gravidez na adolescência é um problema de grande relevância devido à alta incidência e repercussões no âmbito político, social e cultural. O presente estudo tem como principal objetivo analisar e descrever o índice de gravidez na adolescência na cidade de Pará de Minas, por meio de revisão bibliográfica com foco na atuação do enfermeiro na assistência das gestantes adolescentes, uma vez que a gravidez nessa fase da vida pode dificultar em vários aspectos no seu desenvolvimento e apresentar diversas consequências dessa iniciação sexual sem orientação. É de fundamental importância a atuação dos profissionais de enfermagem na prevenção da gestação precoce e nos cuidados da gestante adolescente, reduzindo os riscos e os agravos que possam acometer essa população. O estudo não só discursou sobre a atuação do enfermeiro nos cuidados da gestante adolescente, mas também avaliou a prevalência do índice de gravidez na cidade de Pará de Minas no período de 2014 a 2020, que apresenta em redução. Por conseguinte, a pesquisa bibliográfica é uma reflexão das ações do enfermeiro para redução do índice de gestação na adolescência que é um problema de saúde pública. Ainda são necessários mais estudos sobre este tema para avaliar a redução do índice de gestantes adolescentes na cidade de Pará de Minas. Pode-se concluir que a prevenção e medidas educativas de enfermagem continuam sendo as principais ferramentas para a redução da incidência de gravidez precoce.

PALAVRAS-CHAVE: Gravidez. Adolescência. Enfermagem.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Urgência Emergência e Trauma pela PUC

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO CUIDADO AOS PACIENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

DIULIA KAREN DOS SANTOS OLIVEIRA, LINCOLN MÁRCIO ELIAS DA SILVA¹
diuliakaren@outlook.com

EUNAIHARA LIGIA LIRA MARQUES²
eunamarques@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo propõe compreender e explicitar o funcionamento dos serviços de cuidado e assistência de enfermagem as pessoas com transtornos mentais em Unidades Básicas de Saúde. Para o alcance dos objetivos buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica com levantamento de estudos datados entre 1990 até a presente data. Foi relatado sobre a reforma psiquiátrica, RAPS, unidades básicas de saúde, fatores que contribuem para a doença mental, como é a assistência da enfermagem diante dos pacientes que possuem transtorno mental e quais seus afazeres. Para desenvolver o Processo de Enfermagem, é fundamental que o enfermeiro tenha conhecimento sobre as necessidades de saúde, forma de abordagem e coleta de informações, método de organização das informações coletadas visando um plano de cuidados, identificação e proposição de intervenções.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Transtorno Mental; Unidades Básicas De Saúde.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Psicologia pela UFMG

TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À EQUOTERAPIA PEDIÁTRICA

REBECA DE OLIVEIRA MÁXIMO¹
rebecamaximo14@gmail.com

WESLEY SOUZA CASTRO²
wesley.castro@fapam.edu.br

RESUMO

O objetivo geral desse trabalho é analisar com o olhar mais amplo da enfermagem a relação homem-animal e seus efeitos biopsicossociais. Foi realizado um estudo de caso seguindo o modelo de estudo exploratório-descritivo combinado, para a edificação desta pesquisa prática e metodológica, com o intuito de descrever o indivíduo entrevistado e englobar a Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE, como uma melhoria da condição de saúde com a Terapia Assistida por Animais – TAA, com foco na equoterapia. A pesquisa foi realizada em uma unidade de equoterapia na cidade de Pará de Minas – MG, onde ocorreu uma conversa não estruturada com o fisioterapeuta responsável pela unidade, para a escolha de um participante que pudesse contar sua história a respeito do seu diagnóstico e mostrar sua evolução por meio da terapia. Foram separados 3 participantes com condições de saúde distintas, onde foi realizado uma análise de dados e escolhido um participante com o diagnóstico de prematuridade. Após um acompanhamento na equoterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional, foi realizada uma anamnese e exame físico completo do paciente. Percebendo todos os sinais de problemas que ele anunciava, foi possível perceber a inquietação, a falta de foco, o choro e nervosismo, a falta de equilíbrio e a não condição de pronúncia de palavras presentes no caso. Com esses dados colhidos foi possível realizar a SAE, elaborando os diagnósticos de enfermagem com base nos problemas observados, os resultados esperados através das intervenções que foram propostas, as prescrições de enfermagem, que se basearam no incentivo à fala, à interação social, à sustentação do corpo para obter equilíbrio e à forma de se vestir para ajudar na evolução do caso e na avaliação dos resultados obtidos por meio da assistência prestada em parceria com o tratamento na equoterapia. Concluindo, foram obtidos resultados de nível satisfatório, onde o paciente demonstrou uma evolução adequada como havia sido previsto nos resultados esperados. Obtendo melhora na aceitação das vestes, aumento do foco e atenção, aperfeiçoamento na interação social, no sofrimento psicológico e no equilíbrio através da equoterapia e por fim foi alcançado maior sustentação da fala, conseguindo pronunciar algumas palavras e outras monossílabas.

PALAVRAS-CHAVE: Sistematização Da Assistência De Enfermagem, Terapia Assistida Por Animais, Equoterapia, Enfermagem.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestrado em Enfermagem pela UFMG

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

GRAZIELA CARMELITA SALES CORREIA E MILENA ALVES DE OLIVEIRA¹
mialvezoli@gmail.com

SILVIA VALADARES DUARTE²
silvia.duarte@fapam.edu.br

RESUMO

O parto que era caracterizado como um evento fisiológico, que ocorria no aconchego familiar e realizado por parteiras, sofreu uma drástica transição ao longo da história com a inserção da obstetrícia na prática médica. Houve a conversão do parto natural que era protagonizado pela mulher e realizado em casa, em um evento hospitalar e que passou a ser protagonizado restritamente pelo médico. Com a medicalização do parto e uma série de intervenções com o objetivo de acelerar o trabalho de parto e o parto em si, iniciou-se assim a prática da violência obstétrica. Práticas desnecessárias que começaram a fazer parte da rotina dos hospitais trazendo sequelas físicas, psicológicas, verbais e sexuais nas mulheres submetidas a tais violências. Este estudo tem como objetivo apresentar a história da hospitalização do parto, suas intervenções desnecessárias que caracterizam as violências obstétricas, suas manobras proibidas e o fundamental papel do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica. Profissional este que procura trazer conforto, confiança e ajuda a parturiente durante o pré-parto, parto e pós-parto. A metodologia trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica como instrumento de coleta. Foram utilizados 24 artigos indexados nas bases de dados para elaboração deste estudo. Neste sentido ficou evidenciado que se faz necessário uma capacitação da equipe de enfermagem a fim de reconhecer os conceitos sobre violência obstétrica para efetivar uma assistência qualificada e humanizada.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem Obstétrica, Parto Humanizado, Violência Obstétrica.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Urgência Emergência e Trauma pela PUC

A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DE VIDA E O RESGATE DA AUTOESTIMA NOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA PARA O IDOSO

ALEXANDRE GOMES DE MIRANDA E ROSEMEIRE CRISTINA BISPO¹
rosemeirecb@gmail.com

EUNAIHARA LÍGIA LIRA MARQUES²
eunamarques@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões acerca da importância dos Centros de Convivência como promotores de qualidade de vida para pessoas inseridas no âmbito da terceira idade. Como fundamento metodológico, este trabalho foi elaborado basicamente por meio de pesquisa bibliográfica, levando-se em conta ser um dos importantes meios, por excelência, na coleta de informações relevantes e imprescindíveis em torno do tema em questão. Dessa forma, foram utilizados autores especializados inerentes ao fenômeno da velhice em si, e também à linha Fenomenológica Existencial, com o intuito de se conceder, tanto um melhor embasamento, quanto uma ótica diferenciada acerca do assunto. Percebe-se que o idoso inserido em um dos muitos Centros de Convivência existentes no país, é incentivado a desenvolver práticas para a promoção, prevenção e reabilitação da saúde mental, o que vem a se tornar um importante ponto de referência na melhoria de sua qualidade de vida, a favorecer assim, a própria autoestima. Tem-se verificado nos últimos tempos, um aumento exponencial da população idosa; assim, além da necessidade de ampliação de uma maior rede de assistência médica direcionada exclusivamente a essa faixa etária, programas voltados, acima de tudo, para a valorização de sua capacidade plena de autoestima, a exemplo do que ocorre nos Centros de Convivência, não de se mostrar sempre louváveis. O ser humano é, por via de regra, um ser biopsicossocial; dessa forma todas as suas dimensões necessitam ser trabalhadas de forma bem integrada. Portanto, além de proporcionarem tais ganhos existenciais no que concerne ao desenvolvimento da qualidade de vida, atuam no favorecimento da pessoa idosa como ser humano, tendo em vista o seu todo, a considerar a dimensão de suas temáticas vivenciais de ordem afetiva, social, ideacional e motivacional.

PALAVRAS-CHAVE: Autoestima. Centros De Convivência. Idosos. Qualidade De Vida.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Psicologia pela UFMG

BULLYING NAS ESCOLAS: OS EFEITOS PSICOLÓGICOS E EDUCACIONAIS NAS VÍTIMAS DA PRÁTICA

IZADORA SILVIA TEIXEIRA¹

izadorteixeira71@gmail.com

ANA LUIZA BRANDÃO LEAL²

psi.analuizabrandao@gmail.com

RESUMO

O bullying é um fenômeno que ocorre com frequência no ambiente escolar e as suas consequências afetam não só professores e alunos, mas também toda a comunidade envolvida, trazendo problemas psicológicos tanto para a vítima que sofre as agressões verbais, psicológicas e até mesmo físicas, quanto para o agressor que comete tais atos. A presença de um psicólogo no ambiente escolar é de extrema importância para que os episódios ocorridos possam ser acompanhados e para que o trabalho de prevenção e combate ao bullying e a outras formas de violência seja realizado de maneira eficiente, contribuindo com o desenvolvimento de toda a comunidade escolar. Compreender o agressor e a motivação que o leva à agressão, entender os sentimentos dos envolvidos no ato de violência, ouvi-los e auxiliá-los, são tarefas que podem ser desenvolvidas por um psicólogo escolar que, em sua abordagem profissional irá acompanhar o cotidiano de alunos e professores para que seja criado no ambiente escolar um local de apoio, de escuta e amizade, reiterando a importância da socialização entre pares e culturas, bem como de respeitar opiniões diferentes. É na escola que há o primeiro contato com as diferenças fora do âmbito familiar. Assim, a inserção de tarefas que auxiliem na compreensão das atitudes que levam às agressões pode ser primordial na formulação e no desenvolvimento das escolhas de crianças e adolescentes no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying; Educação; Escola; Prevenção; Psicologia Escolar.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutora em Psicologia pela PUC

EMPREGABILIDADE E SEUS DESAFIOS: UM LEVANTAMENTO REALIZADO COM PSICÓLOGOS RECÉM-FORMADOS

BÁRBARA APARECIDA FREITAS MOURÃO¹
s2babifreitas@outlook.com

NATÁLIA NUNES SCORALICK LEMPKE²
natalia.scoralick@fapam.edu.br

RESUMO

O objetivo deste estudo foi levantar dados sobre a empregabilidade de Psicólogos recém-formados de uma faculdade privada localizada na região centro-oeste mineira. Realizou-se uma pesquisa de levantamento com 31 Psicólogos recém-formados. Para sua realização foi utilizado um questionário eletrônico com questões majoritariamente objetivas, sendo que havia questões específicas para os participantes que já estavam trabalhando na área (n=22; 71%) e outras para os que não estavam (n=9; 29%). Os resultados demonstram que os egressos têm utilizado diversos recursos para se inserirem no mercado de trabalho tais como indicação de amigos, familiares e/ou professores, redes sociais e criação de metas. Dentre os que estão trabalhando na área, há predominância da atuação em Psicologia Clínica e Psicologia Organizacional e do Trabalho. Esses também são os campos de maior interesse entre os que não estão atuando. Considerando o nível de satisfação e a expectativa salarial, tem-se que a maioria dos egressos estão satisfeitos pelo trabalho que desempenham e aqueles que não atuam na área estão com expectativa de salários superiores em relação ao salário recebido pelos profissionais que já atuam no mercado de trabalho. Conclui-se que os participantes desta pesquisa, no geral, conhecem as estratégias para a empregabilidade segundo a literatura abordada neste estudo. Limitações do estudo e sugestões para futuras pesquisas são apontados.

PALAVRAS-CHAVE: Empregabilidade. Formação. Psicólogos.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutoranda em Psicologia pela UFMG

ESTRESSE OCUPACIONAL: OS EFEITOS GERADOS NA SAÚDE MENTAL E NA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR

PAULA GUSMÃO CAMPOS/ THAIS VIEGAS DOMINGUES¹
thaisdomingues11@hotmail.com

ANA LUIZA BRANDÃO LEAL²
psi.analuizabrandao@gmail.com

RESUMO

O intuito do presente trabalho é discutir sobre os efeitos do estresse ocupacional na saúde mental e na qualidade de vida do trabalhador. A qualidade de vida no trabalho (QVT) tem se mostrado como um aspecto crucial no cenário organizacional, dado que esse elemento pode influenciar diretamente na saúde física e mental no ambiente laboral. Em decorrência da industrialização e da modernização, o mercado se tornou cada vez mais exigente em busca de maior qualificação dos colaboradores, gerando uma cobrança excessiva por meio das organizações e fazendo com que os colaboradores dediquem maior tempo para a atividade laboral. Diante deste preceito, pesquisar sobre o estresse ocupacional e a qualidade de vida de colaboradores tem se tornado um tema de interesse das empresas que buscam bons resultados. O enfoque metodológico desse estudo refere-se a uma pesquisa qualitativa realizada através de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de investigar os fatores que propiciam o estresse ocupacional e como este pode afetar na qualidade de vida do trabalhador, bem como refletir sobre atuação da Psicologia na promoção da saúde mental no âmbito organizacional. Por fim, o trabalho permite abrir possibilidades para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Estresse Ocupacional; Qualidade De Vida No Trabalho; Saúde Mental.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutora em Psicologia pela PUC

INFLUÊNCIAS DAS RELAÇÕES FAMILIARES: NOS ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DO DESEMPENHO ESCOLAR DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

ALINE DUARTE FAGUNDES, CRISTIANE VIEIRA DA S
ILVA, LETICIA DANIELE GREGÓRIO¹
alinedfagundes@gmail.com

EUNAIHARA LIGIA LIRA MARQUES²
eunamarques@yahoo.com.br

RESUMO

No seguinte artigo, pretende-se ressaltar a importância das relações familiares nos aspectos psicoemocionais, comportamentais e de desempenho escolar das crianças do ensino fundamental. Posto isto, traz-se a relevância da escola e da família trabalharem em conjunto para a construção do processo de desenvolvimento da criança. Ao aprofundar no conteúdo, alguns estudiosos apresentam contribuições importantes para o processo de ensino aprendizagem do sujeito. Bock, Piaget, Vygotsky trazem que o processo de desenvolvimento é a primeira inserção do indivíduo no meio social no qual vai desenvolver suas relações, criando vínculos. Diante disso, o estudo traz como as relações família e escola podem interferir na vida do sujeito, o quão importante é para o desenvolvimento infantil e para o processo de ensino aprendizagem a escola e a família trabalharem juntas para inserção da criança na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento, Escola, Família, Processo De Ensino Aprendizagem.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Psicologia pela UFMG

O FAZER PSICOLÓGICO NA INSTITUIÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (PMMG)

LUANA CLEMENTE SIMÃO / NATASHA KELLY DA SILVA COELHO¹

luanaclemente.psi@outlook.com

ANA LUÍZA BRANDÃO LEAL²

psi.analuizabrandao@gmail.com

RESUMO

O presente artigo focaliza sua indagação em como ocorre o cuidado à Saúde Mental dos militares no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, realizando o estudo por meio de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender o trabalho dos militares no referido contexto, desde a sua inserção. Foi então realizada uma breve apresentação da história da PMMG, buscando posteriormente entender os enfrentamentos vivenciados pelos profissionais militares e os fatores que podem oportunizar o adoecimento mental, bem como o alto índice de suicídio na corporação. Procurou também investigar a percepção da tropa sobre o trabalho da Psicologia, sua importância e eficácia no ambiente militar, apresentando os desafios enfrentados pelo psicólogo durante a implantação da Psicologia na instituição e suas possibilidades de atuação na contemporaneidade. Salientou-se a importância da prevenção e promoção da saúde no âmbito da instituição, bem como a necessidade de realização de pesquisas de campo para compreender melhor a prática do profissional Psicólogo na organização.

PALAVRAS-CHAVE: Pmmg. Psicologia Organizacional. Saúde Mental. Segurança Pública. Transtornos Psicológicos.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutora em Psicologia pela PUC

O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DOS UNIVERSITÁRIOS

NARA GABRIELE BERNARDO DA SILVA¹
naragbsilva@gmail.com

NATÁLIA NUNES SCORALICK- LEMPLEK²
natalia.scoralick@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo compreender o adoecimento mental, especialmente a ansiedade, depressão e estresse, em ingressantes no Ensino Superior. Trata-se de um estudo bibliográfico que analisou artigos científicos e livros sobre a temática.

Identificou-se que o início da vida universitária inclui pontos negativos e positivos. Do ponto de vista positivo, pode-se citar o aumento da independência, do autoconhecimento e desenvolvimento. Dentre os aspectos que podem gerar adoecimento, verifica-se que a pressão psicológica sofrida pelo jovem, as expectativas e frustrações são alguns dos pontos centrais. É possível desenvolver ações para prevenir e promover a saúde desses indivíduos, como projetos que visem a potencialização das forças pessoais e do bem-estar, fortalecimento da rede de apoio, projetos institucionais para discutir o adoecimento mental, dentre outros. Acredita-se que o presente estudo possa contribuir para o avanço nessa área, contribuindo, especialmente, para se pensar em estratégias de promoção da saúde mental dos universitários em tempos de pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental, Promoção Da Saúde, Transtornos Mentais, Universitários, Bem-Estar.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutoranda em Psicologia pela UFMG

O PAPEL DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

ROSALINA FRANCIELE DE ASSIS 09689 , TAIS LORRAINE SILVA 09332¹
tlorraine96@gmail.com

ALESSANDRA DUARTE OLIVEIRA²
alessandra.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

A psicologia organizacional mostra que ações como avaliação de desempenho e motivação podem aumentar a produtividade e o engajamento dos funcionários. Atualmente, as organizações buscam novas alternativas que atendam aos seus objetivos e estas são combinadas com planos de promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos trabalhadores, levando em consideração os aspectos físicos, ambientais, profissionais, pessoais, sociais e a saúde do trabalhador. O profissional da psicologia organizacional desempenha inúmeras funções voltadas para a satisfação, contentamento do trabalhador, produtividade e melhoria nas condições de trabalho. A presente pesquisa abordará aspectos relacionados à qualidade de vida no trabalho e verificará questões relacionadas ao bem-estar dos colaboradores inseridos nas organizações. Portanto, o profissional da psicologia tem muito a contribuir no contexto retratado, visto que apresenta inúmeras funções/atividades dentro da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Bem-Estar. Motivação. Psicologia Organizacional. Trabalho. Qualidade De Vida Trabalho.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Administração pela UNA

O SISTEMA PRISIONAL E A SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIIS: O ESTRESSE DO POLICIAL PENAL FRENTE ÀS ADVERSIDADES QUE A PROFISSÃO APRESENTA.

PRISCILA DOS ANJOS ALMEIDA E VICTOR HUGO DE FREITAS PEREIRA¹
priscilaalmeida92@gmail.com

ALESSANDRA DUARTE DE OLIVEIRA²
alessandra.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo traz uma revisão da literatura a partir da investigação da dor psicológica e do estresse no trabalho do policial penal. A presente pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica cuja análise mostra aspectos físicos, biológicos e psíquicos dos profissionais em questão. Esses trabalhadores estão expostos a situações que configuram riscos psicológicos relevantes para o estado de saúde mental, tais como: sobrecarga de trabalho, falta de recursos materiais e humanos, nível de contato com presidiários, superlotação dos presídios e o grande paradoxo castigo x reeducação. Com isso, torna-se necessário pensar em ações que promovam um melhor desenvolvimento dos profissionais no trabalho. Os principais conceitos teóricos abordados foram: saúde mental; estresse ocupacional e as variáveis que podem causar o surgimento de sintomas físicos e psicológicos nos policiais penais. Também foram apresentadas considerações quanto a necessidade de pesquisas futuras em relação à temática estudada, uma vez que se trata de um assunto muito relevante e pouco explorado até o momento.

PALAVRAS-CHAVE: Estresse. Policial Penal. Trabalho.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Administração pela UNA

OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO ANALFABETISMO NA TERCEIRA IDADE

MÁRCIA DE SALES ALVES¹
d.mrciapsi2017@gmail.com

ALESSANDRA DUARTE DE OLIVEIRA²
alessandra.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa, na área da educação e alfabetização de idosos, tem como objetivo promover reflexões acerca do tema e das dificuldades enfrentadas por eles frente ao analfabetismo. De acordo com dados do IBGE (2018), a população brasileira vem aumentando exponencialmente, o que torna o Brasil um país com uma população considerável de idosos. A relação entre o analfabetismo e a população idosa exemplifica, em partes, as diversas dificuldades vivenciadas pelos idosos em atividades simples, tais como pegar um transporte coletivo, saber utilizar as novas tecnologias (aparelhos de tablets, celulares, notebooks), dentre outros. A inserção dos idosos na era tecnológica os auxiliaria muito nas questões relacionadas à vulnerabilidade, tornando-os menos acessíveis aos golpes e às fake news. Portanto, a alfabetização dos idosos é uma questão de extrema importância, visto que é uma questão social e está diretamente relacionada à qualidade de vida e à saúde biopsicossocial dessas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Analfabetismo. Alfabetização. Estatuto Do Idoso. Velhice.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Administração pela UNA

PERCEPÇÕES SOBRE A DISCIPLINA “PSICOLOGIA APLICADA”: UM ESTUDO COM UNIVERSITÁRIOS

EDUARDO WAMBASTHER MARQUES OLIVEIRA¹
eumarques181@gmail.com

NATÁLIA NUNES SCORALICK-LEMPKE²
natalia.scoralick@fapam.edu.br

RESUMO

A psicologia, uma ciência comprometida com a realidade humana, demonstra desde os seus primórdios eficácia ao trabalhar o comportamento humano e os processos nele envolvidos. O seu estudo, entendido em uma perspectiva interdisciplinar, pode se relacionar a outras áreas do saber, fornecendo uma ampliação da compreensão humana e do fazer para determinadas práticas que também objetivam estudar o ser humano e suas questões. Considerando o exposto, o trabalho em questão objetiva analisar a percepção que os alunos de outros campos do saber têm sobre a disciplina de psicologia. Acredita-se que diante dessa percepção é possível adquirir informações sobre como a psicologia está sendo disseminada. Foi realizada uma pesquisa descritiva com 31 estudantes dos cursos de Enfermagem, Pedagogia e Direito. Foi utilizado um questionário on-line e os dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa. O estudo evidenciou uma percepção muito positiva dos alunos sobre a Psicologia, indicando que a disciplina estudada foi relevante entre os estudantes pesquisados. Estudos futuros são sugeridos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia, Disciplina, Curso, Percepção

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutoranda em Psicologia pela UFMG

POSSÍVEIS IMPACTOS DO ENCARCERAMENTO DE MULHERES PELA “MORTIFICAÇÃO DO EU”

GUSTAVO LEANDRO DOS SANTOS NOGUEIRA¹
gustavoleandro730@gmail.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS²
marcelo.campos@fapam.edu.br

RESUMO

No presente artigo, debater-se-á sobre os possíveis impactos do encarceramento das mulheres, uma vez que nos últimos anos, nota-se o aumento significativo da população carcerária feminina. Estudos feitos, em sua maioria, dizem a respeito do ambiente carcerário masculino. Para isso, à consulta a uma pesquisa bibliográfica a fim de um entendimento um pouco mais detalhado sobre as prisões femininas, e como é a passagem dessas mulheres por lá. Busca-se na obra Manicômios, prisões conventos(1961), de Erving Goffman, entendermos a mortificação do eu, e para melhor ilustrar como este fenômeno é presente nas prisões femininas, vê-se na obra Prisioneiras(2017), de Dráuzio Varella a oportunidade de se fazer recortes entre a realidade carcerária e a mortificação do eu nas mulheres. Ademais o estudo possibilita uma melhor visão da realidade sobre cárcere feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Cárcere, Mulheres, Mortificação Do Eu, Prisões

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del Rei

PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DA MULHER NEGRA, RACISMO E MACHISMO

SAMUEL MARCOS TAVARES SANTOS¹
samuelmtavares@hotmail.com

ANA CLAUDIA BERNARDES GUIMARÃES²
anaclaudia.guimaraes@fapam.edu.br

RESUMO

Atualmente, no Brasil, a sociedade feminina negra se encontra em uma posição na qual o racismo e o machismo se fazem presentes no cotidiano. O objetivo do artigo é realizar uma pesquisa de cunho bibliográfico a fim de explicar os conceitos de racismo e de gênero, como esses fatores sociais atravessam o processo de subjetivação da mulher negra, e como a psicologia discorre sobre esses fenômenos. Apreendeu-se que o cenário brasileiro influencia diretamente no processo de subjetivação da mulher negra, afetando suas escolhas acerca de sua aparência, bem como sendo uma das causas de graves problemas psicológicos. Por fim, conclui-se que a Psicologia, a partir de seu papel de compromisso social, possui função essencial na tentativa de desconstrução dos estigmas, racismo e machismo, além de acolhimento às mulheres negras a fim de contribuir com o saudável processo de subjetivação.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo, Machismo, Negritude, Gênero.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Psicologia pela UFMG

SENTIDO DA VIDA E DO TRABALHO NA MODERNIDADE LÍQUIDA

JÉSSICA SOARES LIMA¹
jessicasoaresl@hotmail.com

ANA CLÁUDIA BERNARDES GUIMARÃES²
anaclaudia.guimaraes@fapam.edu.br

RESUMO

Este estudo trata-se de um ensaio teórico com os objetivos de compreender o sentido do trabalho e da vida dentro de um contexto capitalista e consumista, sendo pautado por autores como Viktor Frankl e sua Logoteoria que possibilitou a compreensão de sentido da vida e do trabalho, Zygmunt Bauman que viabilizou o entendimento de modernidade líquida e o consumo exacerbado, e entre outros autores. Após elaborar reflexão sobre o trabalho e consumo, apreendeu-se a importância de cuidado com a saúde mental dos trabalhadores. Concluiu-se que é de suma importância a humanização dentro das organizações, bem como estratégias organizacionais que viabilizem o colaborador a elaborar o sentido de vida e trabalho para si.

PALAVRAS-CHAVE: Consumismo. Modernidade. Sentido. Trabalho.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Psicologia pela UFMG

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O PAPEL DA PSICOLOGIA NAS ESCOLAS

ANA IZABEL FARIA ROCHA¹
anaizabel0121@gmail.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS²
marcelo.campos@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica que tem como objetivo geral demonstrar como o Conselho Federal de Psicologia compreende a prática do psicólogo no contexto escolar, partindo do pressuposto do quão relevante é a prática do profissional nesse contexto, uma vez que, até o presente momento percebe-se um longo caminho a ser percorrido, em razão de diversas dificuldades encontradas. Os objetivos específicos foram compreender a importância do Psicólogo no ambiente escolar; demonstrar o atual cenário escolar abordando a violência nas escolas e, por fim, entender porque a medicalização vem se tornando essencial no processo escolar. A pergunta que se pretende responder ao longo deste estudo é: Qual o papel do psicólogo no ambiente escolar? Nesse sentido, é importante destacar que o psicólogo inserido no ambiente escolar oferece inúmeros benefícios para discentes, docentes e toda a comunidade escolar, pois, é um profissional que está preparado e qualificado para auxiliar em questões familiares onde por muitas vezes acabam atrapalhando o desempenho escolar dos alunos, ou, até mesmo, dificuldade de aprendizagem causada por outros fatores. Sendo assim, este estudo, ao optar pela revisão de literatura, compreendeu-se que, o Conselho Federal de Psicologia apoia e reconhece a importância deste profissional no ambiente escolar. Conclui-se então, que as instituições devem sim, cada vez mais inserir este profissional nas escolas a fim de somar juntamente com professores e outros profissionais, formando uma equipe multidisciplinar com o objetivo de promover um ensino efetivo nos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Escola. Aprendizagem.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del Rei

UMA REFLEXÃO PSICANALÍTICA DA VIDA DE FRIDA KAHLO E SUA OBRA "A COLUNA PARTIDA".

STÉPHANIE CÉZAR CAMPOS¹
stephanierazec17@gmail.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS²
marcelo.campos@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar, a partir de uma visão psicanalítica, como os eventos transcorridos na vida de Frida Kahlo influenciaram sua obra artística. O presente estudo, além de utilizar seu método de pesquisa baseado na leitura da psicanálise freudiana, utilizou também como objeto de análise a obra “A Coluna Partida” (1944). Constatou-se que as vivências da artista interferiram diretamente em suas telas. A artista mexicana começou a pintar depois de um acidente de ônibus que ela sofreu ainda na adolescência, o qual a deixou com profundas marcas, com as quais ela teve que lidar durante toda sua vida. Nesse sentido, Kahlo encontrou na arte uma forma de amortecer sua realidade e dar sentido a sua existência.

PALAVRAS-CHAVE: A Coluna Partida. Arte. Frida Kahlo. Pintora. Psicanálise Freudiana.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del Rei

USO DO ÁLCOOL NA CONTEMPORANEIDADE: QUE LUGAR OCUPA, QUE FAZIO PREENCHE?

ARLETE APARECIDA DA SILVA PINTO¹
s.arlete@rocketmail.com

EUNAIHARA LÍGIA LIRA MARQUES²
eunamarques@yahoo.com.br

RESUMO

Compreende-se que o uso de substâncias entorpecentes tem relações históricas profundas, bem como envolve aspectos culturais, religiosos, dentre outros. Sabe-se também que o abuso de substâncias psicoativas tem aumentado cada vez mais na contemporaneidade, podendo ser entendido como problemas de políticas públicas, além de possibilitar questionamentos sobre: Que lugar o uso e a dependência ocupam? Que vazio preenchem? Dessa maneira, o estudo objetiva compreender os fatores etiológicos na dependência do álcool, correlacionando com o sentido da vida ou ausência de sentido. Além disso, buscou-se destacar os possíveis danos causados pela dependência do álcool, a fim de promover reflexões que estimulam o desenvolvimento de aspectos de prevenção e tratamentos. Para o alcance dos objetivos, um levantamento bibliográfico foi realizado, o que permitiu compreender o impacto de comportamentos utilizados para o preenchimento do possível “vazio existencial”, sendo um deles o uso do álcool, o que gera grandes prejuízos em diversas esferas, e uma falsa sensação de bem-estar. Apesar de não possuir uma vasta literatura, estima-se que o estudo permita reflexões e possibilidades futuras de maiores investigações e construções de conhecimentos neste campo.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Álcool. Dependência. Sentido Da Vida.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Psicologia pela UFMG